

27/11/2019

Grande Imprensa
FOLHA DE S. PAULO - SP

[DNA](#)

O GLOBO - RJ

[Capes vai oferecer 1.800 novas bolsas de pós-graduação a partir de 2020](#)

CORREIO BRAZILIENSE - DF

[Salário mínimo será menor que o previsto](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Virtude na marra](#)

[Beto Richa, do PSDB, vira réu pela 4ª vez em operação sobre desvio de verba escolar](#)

[Operação para desarticular fraude em merenda escolar prende 20 em SP](#)

[Professores da rede estadual de SP aprovam paralisação no dia 3 de dezembro](#)

[Relatório de comissão da Câmara aponta falta de planejamento do MEC](#)

[Câmara aprova revalidação em medicina por universidades privadas e MP que cria novo](#)

[Mais Médicos](#)

[Alvo de disputa entre milícia e tráfico, Ciep é saqueado 4 vezes no Rio](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[Deputados querem blindar verba de Educação.](#)

[Câmara aprova o Médicos pelo Brasil](#)

O GLOBO - RJ

[Singularity trará ao Brasil educação voltada para inovação](#)

[Comissão da Câmara classifica gestão do MEC como 'insuficiente'](#)

Imprensa Estadual

A TARDE - BA

[Óleo que atingiu Rio é igual ao do Nordeste, diz Marinha](#)

[A inépcia da Educação](#)

Agências de notícias e sites

G1

[Capes anuncia a criação de 1.800 bolsas de pós-graduação](#)

PORTAL ISTOÉ

[Capes anuncia 1.800 bolsas de pesquisa](#)

AGÊNCIA BRASIL

[Medalhistas na China, alunos de escola pública chegam com festa no Rio](#)

AGÊNCIA ESTADO

[Após relatório crítico ao MEC, deputados querem blindar orçamento da Educação](#)

PORTAL ISTOÉ

[Premiados na China, alunos de escola pública chegam em festa no Rio](#)

TERRA

[Após relatório crítico ao MEC, deputados querem blindar orçamento da Educação](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Medalhistas na China, alunos de escola pública chegam com festa no Rio](#)

Agências de notícias e sites

A GAZETA - CB

[PIBID: o diálogo entre a universidade e a escola](#)

AGÊNCIA BRASIL

[Óleo que atingiu Rio de Janeiro é compatível com o do Nordeste](#)

ANDIFES

[UFCA – Programas como Pibid e Residência Pedagógica aproximam estudantes e escolas públicas](#)

CLIC RBS

[Óleo que atingiu Rio de Janeiro é compatível com o do Nordeste](#)

DIÁRIO DO NORDESTE - CE

[Campus de Sobral da Universidade Federal do Ceará se destaca com parcerias internacionais](#)

FOLHA DE PERNAMBUCO - PE

[Óleo que atingiu Rio de Janeiro é compatível com o do Nordeste](#)

JORNAL DIA A DIA

[UFSCar sedia 2º ciclo sobre crianças e adolescentes em situação de risco](#)

JORNAL MONTES CLAROS

[Montes Claros – Mestrando apresenta produtos técnicos para secretária de educação de Montes Claros](#)

MEIA HORA

[Óleo que atingiu Rio de Janeiro é compatível com o do Nordeste](#)

METRÓPOLES

[Capes anuncia a abertura de 1.800 bolsas de pós-graduação](#)

PORTAL ISTOÉ

[Óleo que atingiu Rio de Janeiro é compatível com o do Nordeste](#)

TRIBUNA DO NORTE - RN

[Óleo que atingiu Rio de Janeiro é compatível com o do Nordeste](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Óleo que atingiu Rio de Janeiro é compatível com o do Nordeste](#)

[Capes vai investir R\\$ 200 mi em bolsas de cursos "estratégicos" por região](#)

[Radiografia da Câmara aponta paralisia e ineficiência em programas do MEC](#)

Imprensa Estadual

DIÁRIO DA MANHÃ-RS

[MEC lança aplicativo que serve de carteira de estudante](#)

O TEMPO - MG

[MEC lança carteira de estudante digital](#)

Agências de notícias e sites

BOL NOTÍCIAS

[Políticas de Bolsonaro ameaçam arqueologia no Brasil, dizem arqueólogos](#)

METRÓPOLES

[Capes oferece R\\$ 1,3 milhão a projetos sobre derramamento de óleo](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Políticas de Bolsonaro ameaçam arqueologia no Brasil, dizem arqueólogos](#)

AGÊNCIA BRASIL

[MEC lança identidade estudantil digital](#)

G1

[MEC possui fragilidade no planejamento e gestão, aponta relatório preliminar da Câmara](#)

METRÓPOLES

[Radiografia aponta paralisia e ineficiência em programas do MEC](#)

PORTAL VEJA

[Por Giovanna Romano](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP - PAINEL

DNA

O Ministério da Educação mudou o nome da Plataforma Paulo Freire, criada na gestão de Fernando Haddad (PT) para a inscrição de professores em cursos de licenciatura, para Plataforma **Capes**.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=48969&anchor=6135475&pd=026ab3f2822bce60162cc56bc0e39a59>

topo ↕

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

Capes vai oferecer 1.800 novas bolsas de pós-graduação a partir de 2020

BRASÍLIA

A **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** anunciou ontem que vai investir R\$ 200 milhões, pelos próximos quatro anos, em cursos de mestrado e doutorado. Com os recursos, 1.800 novas bolsas de pós-graduação com foco nos programas com notas 3 e 4 deverão ser ofertadas a partir de março de 2020. A iniciativa é uma parceria com o Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (Confap).

—A **Capes** tem a missão da internacionalização, com foco nos programas de excelência. Mas não pode deixar de lado a mitigação das assimetrias estaduais. Há programas que estão em fase inicial, sem o apoio da **Capes**, não conseguem ter musculatura pra chegar à excelência internacional —disse o presidente da entidade, **Anderson Correia**.

Segundo a **Capes**, cada estado deverá indicar quais áreas irá priorizar. A partir dessa lista, a **Capes** vai selecionar os programas que receberão os investimentos. A entidade vai contemplar os cursos com notas 3 e 4 (“bom” e “muito bom”) —a escala vai até 7 — e que têm entre cinco e oito anos.

—Cada estado tem sua particularidade. Colocamos algumas áreas como exemplos. Não são fixas, mas energia é uma, já que pensamos num país que tenha autonomia energética em todas as frentes. Mobilidade é outra, e também saúde, meio ambiente, área de gestão e indústria 4.0 —exemplificou Correia.

Ainda segundo ele, os recursos têm origem em duas frentes: o descontingenciamento de verbas pelo Ministério da Educação e a previsão de maior orçamento para a entidade em 2020.

*Estagiário, sob supervisão de Eduardo Bresciani

topo ↕

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA

Salário mínimo será menor que o previsto

Redução de R\$ 8 em relação à estimativa inicial, segundo o Ministério da Economia, se deve à variação do INPC neste ano, que ficará abaixo do percentual projetado

CONJUNTURA

Haverá uma queda de R\$ 8 no valor do salário mínimo previsto para os trabalhadores, em 2020. De acordo com o Ministério da Economia, o mínimo mensal passará a ser de R\$ 1.031, em vez de R\$ 1.039. O motivo foi a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que ficará mais baixa do que o previsto: 3,5%, e não

mais 4,5%, em 2019. O gasto do governo federal com salários e benefícios de servidores também será R\$ 8,43 bilhões menor, no ano que vem. As explicações das mudanças estão na “mensagem modificativa” ao Projeto de Lei Orçamentária (Ploa 2020), divulgada ontem.

A previsão de despesas com pessoal do governo federal, em 2020 passou de R\$ 336,62 bilhões para R\$ 328,195 bilhões, uma queda de R\$ 5,4 bilhões. A reestimativa, dessa que é a segunda maior despesa primária da União, de acordo com o secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues, se deve à não contratação de servidores do Ministério da Educação (MEC), que já não vinham sendo feitas desde 2018, mas entraram no orçamento de 2019. Agora, foram retiradas do cálculo para o ano que vem.

“Eram substituições, por exemplo, de professores que saíam para fazer mestrado ou doutorado. Mas mudou a política, e o MEC travou as substituições. Só percebemos isso em junho”, explicou George Soares, secretário de Orçamento Federal. Além dos professores, também não foi totalmente desembolsado o orçamento previsto para a incorporação do “quadro em extinção dos ex-territórios” — servidores que, por lei, passarão a ser pagos com recursos da União. “Os processos correm mais lentamente do que esperava”, disse Soares.

Houve inúmeras mudanças na Ploa. Com a movimentação de recursos entre as rubricas, o governo vai cumprir a lei do teto dos gastos e, ainda, economizar quase R\$ 6,97 bilhões, que poderão, segundo Waldery Rodrigues, ser usados em investimentos. Pelos novos dados do Ploa, algumas despesas que, no projeto anterior, entregue em 31 de agosto de 2019, eram discricionárias (de custeio e investimento, ou despesas que o governo pode ou não executar), passam a ser obrigatórias (previstas em lei, como aposentadorias, pensões, salários de servidores e benefícios assistenciais). Conforme a mensagem modificativa, as obrigatórias foram aumentadas em R\$ 7,5 bilhões, e as discricionárias caíram em R\$ 2,1 bilhões.

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO

Virtude na marra

A criançada não está curtindo muito o cardápio vegano em escolas na Bahia

O veganismo é perfeitamente válido como escolha individual. Entra na mesma categoria das religiões, credos filosóficos, opções políticas, gostos literários e fetiches sexuais. Isso significa também que o Estado não tem legitimidade para impô-lo a ninguém e nem mesmo para incentivar cidadãos a segui-lo --da mesma forma que não pode puxar a sardinha para nenhuma fé religiosa.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/heliosschwartzman/2019/11/virtude-na-marra.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER

Beto Richa, do PSDB, vira réu pela 4ª vez em operação sobre desvio de verba escolar

Ex-governador do Paraná é acusado de lavagem de dinheiro e obstrução de Justiça Curitiba

O ex-governador do Paraná Beto Richa (PSDB) virou réu pela quarta vez no âmbito da

Quadro Negro, operação que investiga supostos desvios de ao menos R\$ 20 milhões em verbas destinadas à construção e reformas de escolas públicas no estado.

A Justiça paranaense aceitou a denúncia do Ministério Público na sexta-feira (22) sob a acusação dos crimes de lavagem de dinheiro e obstrução de investigação.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/11/beto-richa-vira-reu-pela-4a-vez-em-operacao-sobre-desvio-de-verba-de-escolas.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Operação para desarticular fraude em merenda escolar prende 20 em SP
Ex-prefeitos, secretários de governo e empresários estão entre os alvos da PF
Ribeirão Preto

Ao menos 20 pessoas foram presas nesta terça-feira (26) na segunda fase da operação Cadeia Alimentar, deflagrada pela PF (Polícia Federal) para desarticular irregularidades em licitações e desvios de verbas da merenda escolar em cerca de 50 municípios paulistas.

Três ex-prefeitos, uma vereadora em exercício do cargo, cinco ex-secretários de prefeituras, dois atuais secretários, um procurador, quatro funcionários públicos em atividade, quatro lobistas, três empresários, gabinetes de três prefeituras e uma Câmara estão entre os alvos da operação.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/11/pf-faz-operacao-para-desarticular-desvio-na-merenda-escolar-de-50-cidades-paulistas.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Professores da rede estadual de SP aprovam paralisação no dia 3 de dezembro
Docentes são contra reforma da previdência do estado e mudanças na carreira
São Paulo

Os professores da rede estadual de São Paulo aprovaram uma paralisação contra a reforma da previdência do estado de São Paulo e as mudanças na carreira do magistério anunciadas na última semana pelo governador João Doria (PSDB).

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/11/professores-da-rede-estadual-de-sp-aprovam-paralisacao-no-dia-3-de-dezembro.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Relatório de comissão da Câmara aponta falta de planejamento do MEC
Grupo foi criado em maio para acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos da pasta
São Paulo

Um relatório preliminar de comissão da Câmara dos Deputados aponta problemas no Ministério da Educação como a falta de mulheres em cargos de alto escalão, pouca

experiência dos servidores em cargos de confiança e ausência de planejamento para implementação de ações.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/11/relatorio-de-comissao-da-camara-aponta-falta-de-planejamento-do-mec.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Câmara aprova revalidação em medicina por universidades privadas e MP que cria novo Mais Médicos

Textos têm que passar pelo Senado; MP tem que ser votada até quinta-feira (28) para não perder validade

Brasília

A Câmara aprovou nesta terça-feira (26) o projeto que altera as regras de revalidação de diploma para médicos estrangeiros e formados no exterior e a medida provisória que cria o novo Mais Médicos.

Os textos têm que passar pelo Senado. No caso da MP, a votação precisa ocorrer até quinta-feira (28), para que a medida não perca validade.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/11/camara-aprova-projeto-que-permite-revalidacao-de-diploma-de-medicina-por-universidades-privadas.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Alvo de disputa entre milícia e tráfico, Ciep é saqueado 4 vezes no Rio

Escola em Olaria é referência no ensino de violino para crianças carentes

Rio de Janeiro

Referência no ensino de violino na rede municipal de Educação, o Ciep Maestro Francisco Mignone é palco de uma disputa entre milicianos e traficantes. Localizada em Olaria, às margens do Complexo do Alemão e vizinha à favela do Saco, a escola sofreu quatro invasões neste ano, sendo duas delas no período de cinco dias. As últimas invasões ocorreram na terça-feira (19) e na segunda-feira (25).

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/11/alvo-de-disputa-entre-milicia-e-traffic-ciep-e-saqueado-4-vezes-no-rio.shtml>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

Deputados querem blindar verba de Educação.

Comissão que fez um raio X do MEC pretende barrar contingenciamentos como o deste ano, que afetou diretamente universidades

BRASÍLIA

A comissão da Câmara dos Deputados que diagnosticou um cenário de paralisia na gestão do Ministério da Educação pretende apresentar uma proposta de emenda à constituição (PEC) para blindar a pasta de bloqueios do Orçamento. Essa é uma entre as 18 propostas legislativas sugeridas no relatório antecipado pelo Estado.

A PEC evitaria cortes como os que foram feitos neste ano pelo governo nos repasses a universidades, por exemplo. Segundo o ministério comandado por Abraham Weintraub, apenas há quatro dias foi feita a liberação total dos recursos.

Outra proposta de impacto financeiro elevado é a que obriga os parlamentares a repassar 10% das emendas individuais para financiar ações e serviços públicos de manutenção e aprimoramento do ensino. “Medidas como essas vão no sentido contrário à construção do Novo Pacto Federativo, engessando ainda mais o orçamento – que já conta com 95% de despesas obrigatórias”, rebateu o Ministério da Economia.

O relatório da comissão será apresentado oficialmente no próximo dia 1.º e deve ser votado no dia 3. Só depois se definirá o cronograma das propostas legislativas no Congresso. O conjunto de projetos encontra ressonância na agenda social que o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), vem defendendo.

Ensino superior. Além de sugerir novas propostas, o grupo que compõe a comissão da Câmara defende a aprovação de medidas que já tramitam no Congresso e fazem recomendações para o setor educacional. Entre elas estão ideias para aumentar a arrecadação no ensino superior. Na lista de propostas gestadas pelo grupo consta a de retirar a exigência de dedicação exclusiva de professores das instituições federais de ensino superior. Além de permitir a contratação dos docentes para o desenvolvimento de projetos para o mercado, há o plano de estabelecer, por meio de lei, que 10% dos recursos obtidos por professores na iniciativa privada sejam repassados à universidade federal. A coordenadora da comissão, Tabata Amaral, afirmou que é preciso garantir os recursos para a área e “proteger a educação”.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

Câmara aprova o Médicos pelo Brasil

MP passou na Câmara e ainda precisará de aval do Senado; o mesmo vale para o projeto que prevê Revalida duas vezes por ano

BRASÍLIA

Proposta da gestão Jair Bolsonaro para substituir o Mais Médicos prevê abertura de 18 mil vagas e reincorporação de cubanos. MP perde validade amanhã e precisa ser votada pelo Senado.

A Câmara dos Deputados aprovou ontem o texto-base da Medida Provisória 890/19, que cria o Programa Médicos pelo Brasil, proposta da gestão Jair Bolsonaro para substituir o Mais Médicos, em vigor desde 2013, com o objetivo de ampliar a oferta de serviços médicos em locais afastados ou com população de alta vulnerabilidade. O texto prevê a reincorporação dos médicos cubanos.

A proposta prevê ainda a criação de uma carreira estatal de médico e uma agência reguladora, além de salários de até R\$ 31 mil no futuro, graças a bonificações. A MP original prevê 18 mil vagas, das quais cerca de 13 mil em cidades com dificuldade de acesso a médico. Só que a iniciativa perde a validade nesta quinta-feira e ainda precisa ser votada no Senado.

O texto aprovado é de autoria do relator na comissão mista, senador Confúcio Moura (MDB-RO), que propõe a reincorporação ao programa dos médicos cubanos por dois anos. Poderão pedir a reincorporação, como intercambistas, aqueles que estavam em

atuação no Brasil no dia 13 de novembro de 2018 e tenham permanecido no País após o rompimento do acordo com a Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), que intermediava a vinda dos profissionais para o País.

Revalida. Do texto da medida provisória foi tirado o trecho que falava sobre o exame Revalida. Isso porque a Câmara aprovou, também nesta terça, mudanças no programa de revalidação de diplomas de médicos formados no exterior. O texto aprovado é um substitutivo do deputado Ricardo Barros (PPPR) para o Projeto de Lei 4067/15, do Senado. Como houve modificações do texto original, o texto também tem de voltar a ser analisado pelo Senado.

O Revalida está regulamentado por uma portaria interministerial, mas a última aplicação foi em 2017. O exame verifica a aquisição de conhecimentos, habilidades e competências para o adequado exercício profissional no Sistema Único de Saúde (SUS) em nível equivalente ao exigido dos médicos formados no Brasil.

O programa passa a ter duas edições a cada ano e poderá ser aplicado por universidades públicas e também privadas, como havia adiantado o Estado. No caso das instituições particulares, é preciso que estas tenham sido avaliadas no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) com nível 4 ou 5. O programa será acompanhado pelo Conselho Federal de Medicina (CFM).

topo ↕

O GLOBO - RJ - ECONOMIA

Singularity trará ao Brasil educação voltada para inovação

Instituição que atrai brasileiros para o Vale do Silício terá filial em São Paulo

SÃO FRANCISCO (*O repórter viajou a convite da CNI)

Criada no Vale do Silício americano, ao lado de empresas como Google, Apple e Facebook, a icônica Singularity University decidiu fincar sua bandeira no Brasil. Uma filial começa a funcionar em São Paulo em junho de 2020. O anúncio foi feito pelo copresidente e cofundador da SingularityU Brazil, Reynaldo Gama, no principal campus da instituição, no Parque de Pesquisas da Nasa, em Santa Clara, Califórnia, per toda Universidade de Stanford.

O Brasil entrou no radar da instituição de ensino conhecida pelo foco em inovação porque os brasileiros formam o maior grupo de estrangeiros que já passaram por seus cursos nos EUA ou por eventos realizados por ela em cidades brasileiras na última década. Foram 24.500 alunos do Brasil, muitos presidentes, altos executivos de empresas e empreendedores. Entre os nomes conhecidos estão Fabiano Barbosa, ex-presidente do Santander, Pedro Bueno, ex-presidente do grupo de laboratórios Dasa, e Fernando Egydio Martins, vice-presidente de comunicação da Brookfield.

Das mais de 5 mil iniciativas de impacto criadas por alunos da universidade, como startups ou inovações em empresas, 10% vieram de brasileiros.

— A expectativa é que tenhamos cerca de mil pessoas circulando por dia nas instalações da Singularity U Brazil, em São Paulo — diz Reynaldo Gama, acrescentando que o campus deve ser instalado numa área do Centro Internacional de Tecnologia e Inovação (Citi), que o governo paulista está construindo na Zona Oeste da capital.

O espaço terá um coworking para start-ups e laboratórios de inovação, além de salas para cursos, palestras, workshops e eventos com até 5 mil metros quadrados. A universidade terá uma parceria com a HS M, plataforma de conhecimento e inovação, do grupo Ânima Educação. O investimento nos cursos gira em torno de US\$ 15 mil. A filial paulistas e juntará aos campi da Singularity no mundo, em cidades como Copenhague, Amsterdã, Joanesburgo, Lisboa, Milão, Toronto e Sidney.

A Singularity foi fundada em 2009 e ganhou fama ao propor uma ruptura com os currículos tradicionais de educação executiva. Foi criada por Peter Diamandis, engenheiro, médico e físico, e por Ray Kurzweil, ex-diretor do Google. A proposta é pensar os desafios do futuro em 12 diferentes áreas, como energia, alimentação, meio ambiente, água, espaço e medicina, entre outras. A instituição se propõe abuscar soluções práticas pela tecnologia para problemas do mundo nessas áreas com uma abordagem otimista.

— Uma pesquisa de uma consultoria mostrou que boa parte dos jovens brasileiros não querem ficar no país no futuro. Queremos usar essa oportunidade de estarmos no país e fazer com que eles fiquem e mudem a realidade. O país tem a oportunidade de ser um líder mundial, e a ideia é trabalhar em conjunto com universidades, governos e empresas — disse Rob Mail, outro cofundador da Singularity.

Para a Singularity, por exemplo, a energia será gratuita no futuro, especialmente por conta do aumento da energia solar. A maior parte das doenças vai desaparecer, e o transporte será cada vez mais inteligente. O objetivo da Singularity é desenvolver habilidades para esse futuro.

QUEBRA DE PADRÕES

Para o consultor e especialista em inovação Valter Pieracciani, não há instituição brasileira que se assemelhe à Singularity. O diferencial, diz, está na quebra de padrões, o que pode influenciar concorrentes na área de educação executiva:

— A proposta deles é diferente dos cursos de mestrado, doutorado ou qualquer outro de um currículo tradicional. Eles querem impactar as pessoas para mudar o mundo e ter flexibilidade para o que virá no futuro.

topo ↕

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

Comissão da Câmara classifica gestão do MEC como 'insuficiente'

Relatório conclui que a pasta não conduziu ações efetivas para a Política Nacional de Alfabetização, tida como prioridade; ministro da Educação afirma não ter lido documento

BRASÍLIA

Um relatório produzido pela Comissão Externa (Comex) de acompanhamento do Ministério da Educação (MEC) da Câmara classificou a gestão da pasta como “insuficiente” e emitiu 52 recomendações ao órgão. O texto traz um panorama das ações do governo de Jair Bolsonaro na Educação e conclui que a gestão do órgão está “muito aquém do esperado”. De acordo com o relatório do grupo, em comparação às gestões de Michel Temer e Dilma Rousseff, o MEC de Bolsonaro possui o menor número de

pessoas em cargos de confiança com atuação prévia na área da educação.

O texto afirma ainda que alterações na estrutura da pasta acabaram esvaziando políticas em áreas como diversidade e que, até o momento, o ministério não demonstrou “prioridade real” para políticas voltadas para a alfabetização.

O relatório faz um diagnóstico de várias áreas, como orçamento, iniciativas lançadas pelo governo, avanço nas metas do Plano Nacional de Educação (PNE), políticas de alfabetização e formação de professores, entre outros. O GLOBO teve acesso ao texto, que foi antecipado pelo jornal “O Estado de S. Paulo”. As conclusões da comissão foram elaboradas após 12 reuniões com o MEC e órgãos ligados à pasta. O grupo, coordenado pela deputada Tabata Amaral (P D T- SP), com relatoriado deputado Felipe Ri goni(PS B- ES), também realizou cerca de nove audiências públicas e solicitou dados ao MEC.

Em relação à Política Nacional de Alfabetização(PNA), anunciada com mudanças de prioridades do governo Bolsonaro, a comissão ao contrário do discurso, o MEC não conduziu ações efetivas na área. Segundo o texto, apenas foi feito um caderno com revisão bibliográfica parcial sobre o tema.

Segundo a comissão, o ministério ainda gestões anteriores, como o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa(Pnaic), e em atrasado repasses para outras iniciativas na área, como o Programa Mais Alfabetização. Nesse ponto, o documento analisa que a criação de uma secretaria específica para a área não foi suficiente para colocar em prática política pública para a área. A comissão estabelece uma recomendação de que o MEC implemente a PNA até março de 2020.

A análise feita pela Comex no orçamento do órgão indica que a execução dos recursos foi baixa inclusive na educação básica, que é tida como foco principal pelo ministro Abraham Weintraub. O texto revela que até julho a rubrica de “Apoio ao desenvolvimento da educação básica” tinha “execução próxima a zero”. Os recursos destinados a investimento também baixaram em relação a 2018. Enquanto no ano passado foram executados 11,7% dos valores autorizados, em 2019 foram 4,4%.

ENSINO SUPERIOR

Em relação ao ensino superior, o relatório afirma que o programa “Future-se”, lançado pelo MEC como alternativa ao financiamento das universidades federais, foi a ação mais contundente do governo para a área, mas os parlamentares criticam a estrutura da iniciativa e dizem que ela pode acabar gerando novos problemas.

Segundo o texto, o projeto apresenta “fragilidades e inconsistências”, além de “pouco detalham então em relação ao funcionamento das organizações sociais(OS), o que pode aumentar a desigualdade entre as Ifes, os riscos de corrupção e a fragilização da autonomia institucional”. A análise da Comex é de que a troca constante de servidores na pasta atrapalha a condução de políticas no MEC. “Enquanto o padrão dos governos anteriores foi de um pico de desonerações no início do governo, voltando à estabilidade em aproximadamente cinco meses, a atual administração direta manteve um alto número de exonerações até último mês analisados”.

O relatório ainda poderá sofrer alterações até sua apresentação, prevista para a próxima semana. Após sua finalização, as recomendações serão apresentadas formalmente ao MEC. Relator da comissão, o deputado Felipe Rigoni (PSB-ES) afirmou que a Comissão solicitou encontro com Weintraub, mas não foi atendida.

— Com certeza foi um ano perdido no MEC. Se não foi totalmente perdido, foi praticamente —avaliou o deputado.

O ministro da Educação não quis comentar os resultados apresentados no relatório da Comex. Após agenda com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), na tarde de ontem, Abraham Weintraub afirmou que não leu o documento.

—Não cheguei a ver. Par afalara verdade, eu nem li —disse o chefe da pasta.

topo ↕

A TARDE - BA - BRASIL

Óleo que atingiu Rio é igual ao do Nordeste, diz Marinha Pequenos fragmentos foram removidos desde o fim de semana em quatro praias do litoral norte fluminense

Agência Brasil, Rio

O óleo que atingiu o litoral do Rio de Janeiro é compatível com material encontrado no litoral da região Nordeste e do Espírito Santo, de acordo com o Grupo de Acompanhamento e Avaliação (GAA). Em nota divulgada ontem, o grupo diz que militares da Marinha e agentes do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) estão no local efetuando monitoramento. O GAA é formado pela Marinha do Brasil, Agência Nacional de Petróleo (ANP) e Ibama. A análise foi feita pelo Instituto de Estudo do Mar Almirante Paulo Moreira (IEAPM), que constatou que uma amostra de 20 gramas recolhida na Praia de Santa Clara, em São Francisco de Itabapoana, no norte do estado do Rio de Janeiro, é compatível com o óleo que atingiu o litoral do Nordeste e o Espírito Santo.

Autoridades confirmaram, no final de semana, que fragmentos de óleo chegaram ao Rio de Janeiro. De acordo com GAA, trata-se de “pequenos fragmentos” que foram removidos das praias de Santa Clara e Guriri, em São Francisco de Itabapoana; praias do Barreto, em Macaé; e Canal das Flechas, em Quissamã. Todas localizadas ao norte do estado. Amostras foram recolhidas em todas essas localidades, e apenas na Praia de Santa Clara o óleo “foi constatado como compatível”, diz o texto. Segundo o GAA, até o momento não foram encontrados novos vestígios de óleo no estado do Rio de Janeiro.

De acordo com o último boletim divulgado pelo Ibama na segunda-feira, ao todo, 772 localidades de 124 municípios em 11 estados foram atingidos pelo óleo. Até o momento, constam na lista, além do Rio, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Espírito Santo. A **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** lançou um edital que vai destinar R\$ 1,36 milhão para pesquisas sobre o óleo encontrado nas praias brasileiras. O objetivo é contribuir para a contenção, o processamento do resíduo encontrado e a redução de danos ao meio ambiente.

topo ↕

A TARDE - BA - EDITORIAL

A inépcia da Educação

O Legislativo vem surpreendendo, positivamente, ao cumprir seu importante papel fiscalizador do Executivo – o que pouco se vê – e agora evidencia situação grave que precisa ser corrigida com a máxima urgência. A Câmara dos Deputados detectou ‘paralisia’ e ‘ineficiência’ em programas do Ministério da Educação (MEC), por meio de minuciosas análises do planejamento e de execução de políticas públicas pela pasta.

O ministério tem se mostrado inútil em projetos de alfabetização, mas hiperativo quando se trata de comissionar servidores. O bloqueio de recursos pelo próprio órgão é o motivo alegado pelos gestores acusados de inépcia. O grupo formado no Legislativo para avaliar a lentidão no ministério é raro e produziu um documento de 265 páginas para concluir pela inoperância como causa. Inspirado em sugestão de professores universitários, com participação de docentes baianos, o grupo foi criado em abril pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), atendendo a pedidos de 50 deputados de 12 partidos distintos. Tendo como relator o deputado Felipe Rigoni (PSB-ES) e coordenado por Tabata Amaral (PDT-SP), o grupo demonstra a “baixa capacidade de gerenciamento dos gestores”.

O trabalho sugere a inaptidão do ministro, bem como do seu antecessor, para exercer com necessária eficiência as funções de um cargo da mais alta exigência de capacidade e preparo. Embora todo número precise de contextualização para ser analisado, o zero de repasse para a educação básica e a execução de econômicos 4% da verba reservada para investimentos revelam clima de nonsense, beirando ao descaso voluntário.

A cidadania teria na educação a chance de salvar-se do precipício, no entanto, não vem tendo razões para acreditar nesta área tão sensível, conforme se pode concluir do relatório produzido pela Câmara.

O ministério tem se mostrado inútil em projetos de alfabetização, mas hiperativo em comissionar servidores

topo 

G1 - TEMPO REAL

Capes anuncia a criação de 1.800 bolsas de pós-graduação

Verba será destinada a cursos de "áreas estratégicas" e estados poderão contar com financiamento privado para complementar apoio da coordenação. Programas em fase inicial, e com notas 3 e 4 são prioritários.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (Capes) anunciou nesta terça-feira (26) a criação de 1.800 bolsas de pós-graduação em "áreas estratégicas" como energia, saúde e meio ambiente.

"O foco é a melhoria dos programas de pós graduação considerados estratégicos em função das políticas estaduais", disse em coletiva de imprensa o presidente da Capes, **Anderson Correia**. "Essa articulação vai ser feita em parceria com as fundações de amparo dos estados, universidades e institutos de pesquisa."

Programas que estudam energia, mobilidade, saúde, meio ambiente e gestão foram citados como de áreas exemplo, elas terão preferência na oferta de bolsas, mas Correia garantiu que esta lista não é fixa e que particularidades de cada estado serão considerados durante a distribuição das vagas.

"Em Minas Gerais e no Centro-Oeste, pesquisas que envolvem agronegócio serão

valorizadas; no Amazonas, o meio ambiente e ecologia", destacou.

Cursos nota 3 e 4

O presidente do Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (Confap), Evaldo Ferreira Vilela, explicou que neste momento cursos mais novos, com criação feita há menos de 10 anos, e com avaliação entre 3 ou 4 terão preferência na hora de receber este investimento.

"Vamos trabalhar muito mais os cursos emergenciais, [de qualificação] 3 e 4 que não foram contemplados até recentemente, e vamos trabalhar para que eles mudem de patamar", defendeu Vilela. "Não é simplesmente um apoio continuado, temos que mudar de patamar, temos que fazer melhor o que já fazemos."

Ainda que liste áreas de prioridade, a **Capes** esclareceu que haverá autonomia dos estados para apresentar quais são suas necessidades que serão avaliadas em conjunto com as fundações de amparo a pesquisa e à própria coordenação.

Presidente da **Capes** fala sobre desbloqueio de mais de 3 mil bolsas da instituição em setembro deste ano

Descontingenciamento

O presidente da **Capes** disse que esta liberação é consequência do descontingenciamento dos recursos feito na semana passada pelo Ministério da Educação. Além disso, disse que as propostas acompanham a expectativa da elevação do orçamento para a pasta no ano que vem.

Na sexta-feira (22) o MEC liberou os R\$ 3,98 bilhões da **Capes** que estavam contingenciados. À ocasião, Correia disse em nota que os compromissos assumidos pela coordenação ao longo do ano serão cumpridos e defendeu ainda que haverá investimentos com o excedente destes recursos em projetos e atividades específicas para a pós-graduação.

Em outubro, a pasta havia liberado 679 bolsas de pós-graduação, mas o governo sinalizou que as bolsas bloqueadas no primeiro semestre não seriam mais liberadas por "falta de mérito", mas que outras novas poderiam ser criadas. Ao todo, **Capes** deixou de oferecer o equivalente a 8.013 bolsas de pós-graduação.

topo 

G1 - TEMPO REAL

Capes anuncia a abertura de 1,8 mil bolsas de pós-graduação
Foco será em cursos de "áreas estratégicas"; estados poderão contar com
financiamento privado para complementar apoio da coordenação. Programas em
fase inicial, e com notas 3 e 4 são prioritários.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (**Capes**) anunciou nesta terça-feira (26) a criação de 1,8 mil bolsas de pós-graduação em "áreas estratégicas" como energia, saúde e meio ambiente.

"O foco é a melhoria dos programas de pós graduação considerados estratégicos em função das políticas estaduais", afirmou o presidente da **Capes**, **Anderson Correia**.

"Essa articulação vai ser feita em parceria com as fundações de amparo dos estados, universidades e institutos de pesquisa."

Programas que estudam energia, mobilidade, saúde, meio ambiente e gestão foram citados como "áreas exemplo": elas terão preferência na oferta de bolsas, mas Correia garantiu que esta lista não é fixa e que particularidades de cada estado serão consideradas durante a distribuição das vagas.

"Em Minas Gerais e no Centro-Oeste, pesquisas que envolvem agronegócio serão valorizadas; no Amazonas, o meio ambiente e ecologia", destacou.

Cursos nota 3 e 4

O presidente do Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (Confap), Evaldo Ferreira Vilela, explicou que neste momento cursos mais novos, criados há menos de 10 anos, e com avaliação entre 3 ou 4 terão preferência na hora de receber o investimento.

"Vamos trabalhar muito mais os cursos emergenciais, [de qualificação] 3 e 4 que não foram contemplados até recentemente, e vamos trabalhar para que eles mudem de patamar", defendeu Vilela. "Não é simplesmente um apoio continuado, temos que mudar de patamar, temos que fazer melhor o que já fazemos."

Ainda que liste áreas de prioridade, a **Capes** esclareceu que haverá autonomia dos estados para apresentar quais são suas necessidades que serão avaliadas em conjunto com as fundações de amparo a pesquisa e à própria coordenação.

Presidente da **Capes** fala sobre desbloqueio de mais de 3 mil bolsas da instituição em setembro deste ano

Descontingenciamento

O presidente da **Capes** disse que esta liberação é consequência do descontingenciamento dos recursos feito na semana passada pelo Ministério da Educação. Além disso, disse que as propostas acompanham a expectativa da elevação do orçamento para a pasta no ano que vem.

Na sexta-feira (22) o MEC liberou os R\$ 3,98 bilhões da **Capes** que estavam contingenciados. À ocasião, Correia disse em nota que os compromissos assumidos pela coordenação ao longo do ano serão cumpridos e defendeu ainda que haverá investimentos com o excedente destes recursos em projetos e atividades específicas para a pós-graduação.

Em outubro, a pasta havia liberado 679 bolsas de pós-graduação, mas o governo sinalizou que as bolsas bloqueadas no primeiro semestre não seriam mais liberadas por "falta de mérito", mas que outras novas poderiam ser criadas. Ao todo, **Capes** deixou de oferecer o equivalente a 8.013 bolsas de pós-graduação.

topo ↕

AGÊNCIA BRASIL - TEMPO REAL

Medalhistas na China, alunos de escola pública chegam com festa no Rio
Grupo conquistou 11 medalhas em olimpíada de matemática na China

Uma recepção calorosa no Aeroporto do Galeão, na capital Rio de Janeiro, marcou a chegada hoje (26) de um grupo de 18 estudantes do Colégio Pedro II, dos quais 11 conquistaram medalhas na principal olimpíada de matemática da China, a World Mathematics Team Championship.

Familiares e também representantes da instituição os aguardavam com adereços chineses, faixas e muita animação. A escola pública federal obteve o melhor desempenho entre todas as 22 instituições brasileiras participantes da competição. Além disso, uma de suas estudantes trazia no pescoço a única medalha de ouro da categoria avançada conquistada pelo Brasil.

A participação no evento já era considerada uma vitória. Os alunos estavam convidados a competir na China devido ao desempenho na Olimpíada Matemática Sem Fronteiras, mas precisavam de verba. Eles chegaram a lançar campanhas de financiamento coletivo na internet, vender doces nas ruas do Rio de Janeiro, fazer rifas e organizarem aulas coletivas de reforço para outros colegas ao custo de R\$10 reais por pessoa. Ao fim, a direção do Colégio Pedro II obteve R\$150 mil junto ao Ministério da Educação (MEC) para enviar a delegação. A verba extra arrecadada pelos estudantes, superior a R\$14 mil, também teve importância: com esse valor foram incluídos mais estudantes, e inclusive professores, no grupo que viajou.

"A história deles começou há quatro anos. Juntos, esses alunos têm mais de 100 medalhas em mais de 10 olimpíadas no Brasil. Esta história de preparação, de engajamento, de talento e, principalmente, da visão de futuro desses garotos mostra que a educação pública pode ser boa. É só ela ser apoiada e financiada", diz Ivail Muniz Junior, professor de nove alunos do Campus Centro do Colégio Pedro II, onde ocorrem aulas do ensino fundamental. Os outros nove viajantes são estudantes de ensino médio do Campus São Cristóvão.

De acordo com Ivail, um dos principais desafios da competição é a rapidez exigida pela prova. A única brasileira medalhista de ouro na categoria avançada, Adrieny Monteiro dos Santos Teixeira, concorda. "Foi bem difícil, pelo tempo e pelo nível de dificuldade. Você tem apenas 10 minutos para resolver oito questões, depois mais 10 pra fazer mais quatro, e assim vai. A ficha está caindo agora".

O seu feito ganhou ainda mais destaque tendo em vista que ela é estudante do 9º ano do ensino fundamental, mas, devido à faixa etária, seus concorrentes eram majoritariamente do ensino médio. A categoria avançada, em que ela foi incluída, é voltada para alunos de 15 a 18 anos. Já na categoria intermediária, disputam alunos entre 12 e 15 anos. "Eu não gostava de matemática. O Colégio Pedro II me estimulou, me levou para diversas olimpíadas no Brasil e eu fui gostando. Então também tenho que agradecer aos meus professores, além dos colegas e da família que sempre me apoiou", acrescenta Adrieny que hoje pensa em se tornar engenheira.

Os estudantes do Colégio Pedro II que participaram da World Mathematics Team Championship (WMTC), a maior olimpíada de Matemática da China, desembarcam no Aeroporto RioGaleão e são recebidos pelos familiares e amigos.

Conquistaram medalha de prata os alunos João Victor Diniz de Andrade, Rafaela Luiz Costa Franco e João Matheus Nascimento Gonçalves. O bronze foi conquistado por Ana Catarina dos Santos, Ana Júlia Victal dos Reis, Arthur Rampazio Siqueira, Isabel dos Santos Fernandes, Luiz Carlos Machado Ferreira, Gustavo Michaloski e Bruna Melloni Romero. Os outros sete estudantes tiveram menção honrosa: Gabriela Maia da Silva, Samuel Fraga Soares, Beatriz Ferreira, Deisianny Santos, Gabriel Henrique, Gabriel Lopes e Tauat Lara.

O discurso de agradecimento à escola estava na ponta da língua dos pais que estiveram lá para recepcionar os premiados. "Estou sem acreditar até agora. A prova era de alto nível. Só uma escola pública, gratuita e de qualidade poderia proporcionar isso para a minha filha", disse Janaína Monteiro dos Santos, mãe de Adrieny. Tatiane Garcia, mãe da medalhista de bronze Isabel Fernandes, destacou que não apenas a matemática, mas outras disciplinas também contribuíram para o feito. "A Isabel nunca fez curso de inglês. O que ela sabe, aprendeu na escola", conta. As provas foram aplicadas em inglês e uma professora do idioma também acompanhou a delegação.

Emoção

"Quando começaram a sair as notícias das medalhas, deu uma tremedeira. Nós tínhamos consciência de que a dificuldade era grande. A gente falava para nossas filhas para não se importar tanto com o resultado, que o importante era estar lá e viver essa experiência. Então agora é só orgulho", acrescenta Tatiane. Mas além do resultado, houve ainda outros motivos para que a experiência emocionasse pais e alunos. Irina Michaloski, mãe do medalhista de bronze Gustavo Michaloski, listou uma delas. "Foi a vez que eu fiquei mais tempo longe dele", se emociona.

Quase todos os estudantes viveram também a emoção de sua primeira viagem internacional. Alguns deles relataram ainda terem entrado em um avião pela primeira vez. Foi o caso da medalhista de prata, Rafaela Luiz Costa Franco, do 2º ano do ensino médio. "Foi incrível. Pessoas de vários países no mesmo hotel, conversando e dividindo informações", conta.

A professora Isabel Campos Barroso destacou a programação para além das provas. "Além de terem competido com pessoas de diferentes países, da China, da Coreia, da Tailândia, da Austrália, eles puderam visitar monumentos que são patrimônios da humanidade. Nós fomos à Muralha da China, à Cidade Proibida. Conhecer essa realidade que é tão diversa da nossa nos enriquece culturalmente e nenhum deles vai esquecer".

Andreia Bandeira Ribeiro, diretora-geral do Campus Centro do Colégio Pedro II, também marcou presença na recepção aos alunos e lembrou da importância do investimento nas escolas públicas. Ela afirma que alguns desses alunos são beneficiários das políticas de assistência estudantil, que os ajudam a se manterem na escola. "A educação nesse país é uma questão de oportunidade", concluiu.

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

**Após relatório crítico ao MEC, deputados querem blindar orçamento da Educação
Comissão da Câmara que diagnosticou cenário de paralisia na gestão do ministério
pretende apresentar PEC que impediria cortes nos recursos da pasta**

BRASÍLIA - A comissão da Câmara dos Deputados que diagnosticou um cenário de paralisia na gestão do Ministério da Educação (MEC) pretende apresentar uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para blindar a pasta de bloqueios do Orçamento. A PEC evitaria cortes como os que foram feitos neste ano pelo governo Jair Bolsonaro nos repasses a universidades. Essa é uma entre as 18 propostas legislativas sugeridas no relatório preparado pela comissão, antecipado pelo Estado nesta terça.

Atualmente, o MEC fica sujeito a bloqueios de despesas de custeio e investimentos. A

decisão do governo Bolsonaro de contingenciar (bloquear) gastos em educação, neste ano, provocou forte reação na sociedade e protestos nas ruas. Segundo o ministério comandado por Abraham Weintraub, apenas há quatro dias foi feita a liberação total dos recursos. O atraso no repasse, no entanto, complica a execução de ações na ponta para o desenvolvimento da educação.

Outra proposta de impacto financeiro elevado é a que obriga os parlamentares a repassar 10% das emendas individuais para financiar ações e serviços públicos de manutenção e aprimoramento do ensino. A medida, que teria de vir por meio de uma PEC, vai na contramão dos planos da equipe econômica do governo Bolsonaro. O ministro da Economia, Paulo Guedes, é um defensor da desvinculação dos repasses, sob o argumento de que os parlamentares devem dar o destino que entenderem mais adequado às emendas.

O relatório da comissão da Câmara a que o Estado teve acesso é assinado pelos deputados Felipe Rigoni (PSB-ES), relator; Tabata Amaral (PDT-SP), coordenadora; João Campos (PSB-PE), vice-coordenador; e pelos sub-relatores Paula Belmonte (Cidadania-DF), Rose Modesto (PSDB-MS), Professor Israel Batista (PV-DF), Luisa Canziani (PTB-PR) e Eduardo Bismarck (PDT-CE).

O texto será apresentado oficialmente no próximo dia 1.º. Os 50 deputados que requisitaram a criação da comissão externa votarão o documento no dia 3 e, a partir daí, definirão o cronograma das propostas legislativas. O conjunto de projetos encontra ressonância na agenda social que o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), quer emplacar no Congresso.

Ensino Superior

Além de sugerir novas propostas, o grupo que compõe a comissão da Câmara defende a aprovação de medidas que já tramitam no Congresso e faz recomendações para o setor educacional. Entre elas estão ideias para aumentar a arrecadação no ensino superior.

Na lista de propostas gestadas pelo grupo consta a de retirar a exigência de dedicação exclusiva de professores das instituições federais de ensino superior. Além de permitir a contratação dos docentes para o desenvolvimento de projetos para o mercado, há o plano de estabelecer, por meio de lei, que 10% dos recursos obtidos por professores na iniciativa privada sejam repassados à universidade federal.

Uma das PECs em discussão na Câmara é a que exclui as despesas de instituições federais de ensino da base de cálculo e dos limites individualizados para as despesas primárias no teto de gastos. As universidades arrecadam receitas como doação, convênio, valor da inscrição do vestibular, aluguel de imóveis ou espaços. Com o teto de gastos, no entanto, se a universidade arrecadar mais do que previu, a verba vai para o fundo único do Tesouro.

“A PEC 24 vem ao encontro do desafio do financiamento do ensino superior e propõe a solução, garantindo a autonomia de recursos próprios para instituições, viabilizando mais verbas para custeio e investimento, sem onerar o Estado, e incentivando uma maior integração da comunidade acadêmica com a sociedade e com o setor produtivo”, avaliou a deputada Luisa Canziani, autora da proposta.

Sub-relator de ensino superior e pesquisa, o deputado João Campos afirmou que serão apresentadas outras propostas, com o objetivo de ampliar a arrecadação de recursos das instituições federais de ensino. “Nosso foco é garantir autonomia financeira e administrativa do ensino superior”, disse ele.

Pacto

A coordenadora da comissão, Tabata Amaral, afirmou que é preciso garantir os recursos para a área e “proteger a educação”. Tabata disse ser contra, por exemplo, uma medida que consta da PEC do Pacto Federativo, apresentada por Paulo Guedes. A proposta soma os valores mínimos que o governo federal, Estados e Municípios têm de gastar com educação e saúde.

A Constituição prevê que 12% da receita de Estados e Municípios seja gasta com saúde e 25% com educação. Com a PEC, governadores e prefeitos teriam um piso único, englobando as duas áreas, e poderiam direcionar mais ou menos recursos para cada uma delas. Para Tabata, isso resultaria na perda de dinheiro da educação.

"A educação é o primo pobre da história. Por falarmos de uma população que ainda, em grande parte, é analfabeta funcional, essa é a área em que você tira mais rápido. Porque, se você tira de medicamento, as pessoas percebem na hora. Se tira de alfabetização, como está acontecendo este ano, as pessoas tardam a perceber e tardam a se mobilizar. O que a gente está tentando dizer é que para esse País a educação é prioridade. A gente entende que desenvolvimento econômico, ganho de produtividade e inclusão só vêm com educação e vamos protegê-la", argumentou Tabata.

Questionado sobre a iniciativa dos deputados, o Ministério da Economia disse entender que "as atuais necessidades do País demandem maior participação dos parlamentares na elaboração e controle do Orçamento", mas criticou a proposta de uma PEC que blidaria o orçamento da Educação. "Medidas como essas vão no sentido contrário à construção do Novo Pacto Federativo proposto pelo governo federal, engessando ainda mais o orçamento – que já conta com aproximadamente 95% de despesas obrigatórias – e levando à explosão dos gastos públicos em todos os entes da Federação", destacou o órgão, em nota.

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Premiados na China, alunos de escola pública chegam em festa no Rio

Uma recepção calorosa no Aeroporto do Galeão, na capital Rio de Janeiro, marcou a chegada hoje (26) de um grupo de 18 estudantes do Colégio Pedro II, dos quais 11 conquistaram medalhas na principal olimpíada de matemática da China, a World Mathematics Team Championship.

Familiares e também representantes da instituição os aguardavam com adereços chineses, faixas e muita animação. A escola pública federal obteve o melhor desempenho entre todas as 22 instituições brasileiras participantes da competição. Além disso, uma de suas estudantes trazia no pescoço a única medalha de ouro da categoria avançada conquistada pelo Brasil.

Os estudantes do Colégio Pedro II que participaram da World Mathematics Team Championship (WMTC), a maior olimpíada de Matemática da China, desembarcam no Aeroporto RioGaleão e são recebidos pelos familiares e amigos.

Os estudantes do Colégio Pedro II que participaram da World Mathematics Team Championship (WMTC), a maior olimpíada de Matemática da China, desembarcam no Aeroporto RioGaleão e são recebidos pelos familiares e amigos. – Tomaz Silva/Agência Brasil

A participação no evento já era considerada uma vitória. Os alunos estavam convidados a competir na China devido ao desempenho na Olimpíada Matemática Sem Fronteiras, mas precisavam de verba. Eles chegaram a lançar campanhas de financiamento coletivo na internet, vender doces nas ruas do Rio de Janeiro, fazer rifas e organizarem aulas coletivas de reforço para outros colegas ao custo de R\$10 reais por pessoa. Ao fim, a direção do Colégio Pedro II obteve R\$150 mil junto ao Ministério da Educação (MEC) para enviar a delegação. A verba extra arrecadada pelos estudantes, superior a R\$14 mil, também teve importância: com esse valor foram incluídos mais estudantes, e inclusive professores, no grupo que viajou.

“A história deles começou há quatro anos. Juntos, esses alunos têm mais de 100 medalhas em mais de 10 olimpíadas no Brasil. Esta história de preparação, de engajamento, de talento e, principalmente, da visão de futuro desses garotos mostra que a educação pública pode ser boa. É só ela ser apoiada e financiada”, diz Ivail Muniz Junior, professor de nove alunos do Campus Centro do Colégio Pedro II, onde ocorrem aulas do ensino fundamental. Os outros nove viajantes são estudantes de ensino médio do Campus São Cristóvão.

De acordo com Ivail, um dos principais desafios da competição é a rapidez exigida pela prova. A única brasileira medalhista de ouro na categoria avançada, Adrieny Monteiro dos Santos Teixeira, concorda. “Foi bem difícil, pelo tempo e pelo nível de dificuldade. Você tem apenas 10 minutos para resolver oito questões, depois mais 10 pra fazer mais quatro, e assim vai. A ficha está caindo agora”.

O seu feito ganhou ainda mais destaque tendo em vista que ela é estudante do 9º ano do ensino fundamental, mas, devido à faixa etária, seus concorrentes eram majoritariamente do ensino médio. A categoria avançada, em que ela foi incluída, é voltada para alunos de 15 a 18 anos. Já na categoria intermediária, disputam alunos entre 12 e 15 anos. “Eu não gostava de matemática. O Colégio Pedro II me estimulou, me levou para diversas olimpíadas no Brasil e eu fui gostando. Então também tenho que agradecer aos meus professores, além dos colegas e da família que sempre me apoiou”, acrescenta Adrieny que hoje pensa em se tornar engenheira.

Os estudantes do Colégio Pedro II que participaram da World Mathematics Team Championship (WMTC), a maior olimpíada de Matemática da China, desembarcam no Aeroporto RioGaleão e são recebidos pelos familiares e amigos.

Os estudantes do Colégio Pedro II que participaram da World Mathematics Team Championship (WMTC), a maior olimpíada de Matemática da China, desembarcam no Aeroporto RioGaleão e são recebidos pelos familiares e amigos. – Tomaz Silva/Agência Brasil

Conquistaram medalha de prata os alunos João Victor Diniz de Andrade, Rafaela Luiz Costa Franco e João Matheus Nascimento Gonçalves. O bronze foi conquistado por Ana

Catarina dos Santos, Ana Júlia Victal dos Reis, Arthur Rampazio Siqueira, Isabel dos Santos Fernandes, Luiz Carlos Machado Ferreira, Gustavo Michalowski e Bruna Melloni Romero. Os outros sete estudantes tiveram menção honrosa: Gabriela Maia da Silva, Samuel Fraga Soares, Beatriz Ferreira, Deisianny Santos, Gabriel Henrique, Gabriel Lopes e Tauat Lara.

O discurso de agradecimento à escola estava na ponta da língua dos pais que estiveram lá para recepcionar os premiados. “Estou sem acreditar até agora. A prova era de alto nível. Só uma escola pública, gratuita e de qualidade poderia proporcionar isso para a minha filha”, disse Janaína Monteiro dos Santos, mãe de Adrieny. Tatiane Garcia, mãe da medalhista de bronze Isabel Fernandes, destacou que não apenas a matemática, mas outras disciplinas também contribuíram para o feito. “A Isabel nunca fez curso de inglês. O que ela sabe, aprendeu na escola”, conta. As provas foram aplicadas em inglês e uma professora do idioma também acompanhou a delegação.

Emoção

“Quando começaram a sair as notícias das medalhas, deu uma tremedeira. Nós tínhamos consciência de que a dificuldade era grande. A gente falava para nossas filhas para não se importar tanto com o resultado, que o importante era estar lá e viver essa experiência. Então agora é só orgulho”, acrescenta Tatiane. Mas além do resultado, houve ainda outros motivos para que a experiência emocionasse pais e alunos. Irina Michalowski, mãe do medalhista de bronze Gustavo Michalowski, listou uma delas. “Foi a vez que eu fiquei mais tempo longe dele”, se emociona.

Quase todos os estudantes viveram também a emoção de sua primeira viagem internacional. Alguns deles relataram ainda terem entrado em um avião pela primeira vez. Foi o caso da medalhista de prata, Rafaela Luiz Costa Franco, do 2º ano do ensino médio. “Foi incrível. Pessoas de vários países no mesmo hotel, conversando e dividindo informações”, conta.

A professora Isabel Campos Barroso destacou a programação para além das provas. “Além de terem competido com pessoas de diferentes países, da China, da Coreia, da Tailândia, da Austrália, eles puderam visitar monumentos que são patrimônios da humanidade. Nós fomos à Muralha da China, à Cidade Proibida. Conhecer essa realidade que é tão diversa da nossa nos enriquece culturalmente e nenhum deles vai esquecer”.

Andreia Bandeira Ribeiro, diretora-geral do Campus Centro do Colégio Pedro II, também marcou presença na recepção aos alunos e lembrou da importância do investimento nas escolas públicas. Ela afirma que alguns desses alunos são beneficiários das políticas de assistência estudantil, que os ajudam a se manterem na escola. “A educação nesse país é uma questão de oportunidade”, concluiu.

topo ↕

TERRA - TEMPO REAL

**Após relatório crítico ao MEC, deputados querem blindar orçamento da Educação
Comissão da Câmara que diagnosticou cenário de paralisia na gestão do ministério
pretende apresentar PEC que impediria cortes nos recursos da pasta**

BRASÍLIA - A comissão da Câmara dos Deputados que diagnosticou um cenário de paralisia na gestão do Ministério da Educação (MEC) pretende apresentar uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para blindar a pasta de bloqueios do Orçamento. A

PEC evitaria cortes como os que foram feitos neste ano pelo governo Jair Bolsonaro nos repasses a universidades. Essa é uma entre as 18 propostas legislativas sugeridas no relatório preparado pela comissão, antecipado pelo Estado nesta terça.

Atualmente, o MEC fica sujeito a bloqueios de despesas de custeio e investimentos. A decisão do governo Bolsonaro de contingenciar (bloquear) gastos em educação, neste ano, provocou forte reação na sociedade e protestos nas ruas. Segundo o ministério comandado por Abraham Weintraub, apenas há quatro dias foi feita a liberação total dos recursos. O atraso no repasse, no entanto, complica a execução de ações na ponta para o desenvolvimento da educação.

Outra proposta de impacto financeiro elevado é a que obriga os parlamentares a repassar 10% das emendas individuais para financiar ações e serviços públicos de manutenção e aprimoramento do ensino. A medida, que teria de vir por meio de uma PEC, vai na contramão dos planos da equipe econômica do governo Bolsonaro. O ministro da Economia, Paulo Guedes, é um defensor da desvinculação dos repasses, sob o argumento de que os parlamentares devem dar o destino que entenderem mais adequado às emendas.

O relatório da comissão da Câmara a que o Estado teve acesso é assinado pelos deputados Felipe Rigoni (PSB-ES), relator; Tabata Amaral (PDT-SP), coordenadora; João Campos (PSB-PE), vice-coordenador; e pelos sub-relatores Paula Belmonte (Cidadania-DF), Rose Modesto (PSDB-MS), Professor Israel Batista (PV-DF), Luisa Canziani (PTB-PR) e Eduardo Bismarck (PDT-CE).

O texto será apresentado oficialmente no próximo dia 1.º. Os 50 deputados que requisitaram a criação da comissão externa votarão o documento no dia 3 e, a partir daí, definirão o cronograma das propostas legislativas. O conjunto de projetos encontra ressonância na agenda social que o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), quer emplacar no Congresso.

Ensino Superior

Além de sugerir novas propostas, o grupo que compõe a comissão da Câmara defende a aprovação de medidas que já tramitam no Congresso e faz recomendações para o setor educacional. Entre elas estão ideias para aumentar a arrecadação no ensino superior.

Na lista de propostas gestadas pelo grupo consta a de retirar a exigência de dedicação exclusiva de professores das instituições federais de ensino superior. Além de permitir a contratação dos docentes para o desenvolvimento de projetos para o mercado, há o plano de estabelecer, por meio de lei, que 10% dos recursos obtidos por professores na iniciativa privada sejam repassados à universidade federal.

Uma das PECs em discussão na Câmara é a que exclui as despesas de instituições federais de ensino da base de cálculo e dos limites individualizados para as despesas primárias no teto de gastos. As universidades arrecadam receitas como doação, convênio, valor da inscrição do vestibular, aluguel de imóveis ou espaços. Com o teto de gastos, no entanto, se a universidade arrecadar mais do que previu, a verba vai para o fundo único do Tesouro.

"A PEC 24 vem ao encontro do desafio do financiamento do ensino superior e propõe a

solução, garantindo a autonomia de recursos próprios para instituições, viabilizando mais verbas para custeio e investimento, sem onerar o Estado, e incentivando uma maior integração da comunidade acadêmica com a sociedade e com o setor produtivo", avaliou a deputada Luisa Canziani, autora da proposta.

Sub-relator de ensino superior e pesquisa, o deputado João Campos afirmou que serão apresentadas outras propostas, com o objetivo de ampliar a arrecadação de recursos das instituições federais de ensino. "Nosso foco é garantir autonomia financeira e administrativa do ensino superior", disse ele.

Pacto

A coordenadora da comissão, Tabata Amaral, afirmou que é preciso garantir os recursos para a área e "proteger a educação". Tabata disse ser contra, por exemplo, uma medida que consta da PEC do Pacto Federativo, apresentada por Paulo Guedes. A proposta soma os valores mínimos que o governo federal, Estados e Municípios têm de gastar com educação e saúde.

A Constituição prevê que 12% da receita de Estados e Municípios seja gasta com saúde e 25% com educação. Com a PEC, governadores e prefeitos teriam um piso único, englobando as duas áreas, e poderiam direcionar mais ou menos recursos para cada uma delas. Para Tabata, isso resultaria na perda de dinheiro da educação.

"A educação é o primo pobre da história. Por falarmos de uma população que ainda, em grande parte, é analfabeta funcional, essa é a área em que você tira mais rápido. Porque, se você tira de medicamento, as pessoas percebem na hora. Se tira de alfabetização, como está acontecendo este ano, as pessoas tardam a perceber e tardam a se mobilizar. O que a gente está tentando dizer é que para esse País a educação é prioridade. A gente entende que desenvolvimento econômico, ganho de produtividade e inclusão só vêm com educação e vamos protegê-la", argumentou Tabata.

Questionado sobre a iniciativa dos deputados, o Ministério da Economia disse entender que "as atuais necessidades do País demandem maior participação dos parlamentares na elaboração e controle do Orçamento", mas criticou a proposta de uma PEC que blidaria o orçamento da Educação. "Medidas como essas vão no sentido contrário à construção do Novo Pacto Federativo proposto pelo governo federal, engessando ainda mais o orçamento - que já conta com aproximadamente 95% de despesas obrigatórias - e levando à explosão dos gastos públicos em todos os entes da Federação", destacou o órgão, em nota.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Medalhistas na China, alunos de escola pública chegam com festa no Rio

Uma recepção calorosa no Aeroporto do Galeão, na capital Rio de Janeiro, marcou a chegada hoje (26) de um grupo de 18 estudantes do Colégio Pedro II, dos quais 11 conquistaram medalhas na principal olimpíada de matemática da China, a World Mathematics Team Championship.

Familiares e também representantes da instituição os aguardavam com adereços chineses, faixas e muita animação. A escola pública federal obteve o melhor desempenho entre todas as 22 instituições brasileiras participantes da competição. Além disso, uma de suas estudantes trazia no pescoço a única medalha de ouro da categoria

avançada conquistada pelo Brasil.

Os estudantes do Colégio Pedro II que participaram da World Mathematics Team Championship (WMTC), a maior olimpíada de Matemática da China, desembarcam no Aeroporto RioGaleão e são recebidos pelos familiares e amigos. - Tomaz Silva/Agência Brasil

A participação no evento já era considerada uma vitória. Os alunos estavam convidados a competir na China devido ao desempenho na Olimpíada Matemática Sem Fronteiras, mas precisavam de verba. Eles chegaram a lançar campanhas de financiamento coletivo na internet, vender doces nas ruas do Rio de Janeiro, fazer rifas e organizarem aulas coletivas de reforço para outros colegas ao custo de R\$10 reais por pessoa. Ao fim, a direção do Colégio Pedro II obteve R\$150 mil junto ao Ministério da Educação (MEC) para enviar a delegação. A verba extra arrecadada pelos estudantes, superior a R\$14 mil, também teve importância: com esse valor foram incluídos mais estudantes, e inclusive professores, no grupo que viajou.

"A história deles começou há quatro anos. Juntos, esses alunos têm mais de 100 medalhas em mais de 10 olimpíadas no Brasil. Esta história de preparação, de engajamento, de talento e, principalmente, da visão de futuro desses garotos mostra que a educação pública pode ser boa. É só ela ser apoiada e financiada", diz Ivail Muniz Junior, professor de nove alunos do Campus Centro do Colégio Pedro II, onde ocorrem aulas do ensino fundamental. Os outros nove viajantes são estudantes de ensino médio do Campus São Cristóvão.

De acordo com Ivail, um dos principais desafios da competição é a rapidez exigida pela prova. A única brasileira medalhista de ouro na categoria avançada, Adrieny Monteiro dos Santos Teixeira, concorda. "Foi bem difícil, pelo tempo e pelo nível de dificuldade. Você tem apenas 10 minutos para resolver oito questões, depois mais 10 pra fazer mais quatro, e assim vai. A ficha está caindo agora".

O seu feito ganhou ainda mais destaque tendo em vista que ela é estudante do 9º ano do ensino fundamental, mas, devido à faixa etária, seus concorrentes eram majoritariamente do ensino médio. A categoria avançada, em que ela foi incluída, é voltada para alunos de 15 a 18 anos. Já na categoria intermediária, disputam alunos entre 12 e 15 anos. "Eu não gostava de matemática. O Colégio Pedro II me estimulou, me levou para diversas olimpíadas no Brasil e eu fui gostando. Então também tenho que agradecer aos meus professores, além dos colegas e da família que sempre me apoiou", acrescenta Adrieny que hoje pensa em se tornar engenheira.

Os estudantes do Colégio Pedro II que participaram da World Mathematics Team Championship (WMTC), a maior olimpíada de Matemática da China, desembarcam no Aeroporto RioGaleão e são recebidos pelos familiares e amigos. - Tomaz Silva/Agência Brasil

Conquistaram medalha de prata os alunos João Victor Diniz de Andrade, Rafaela Luiz Costa Franco e João Matheus Nascimento Gonçalves. O bronze foi conquistado por Ana Catarina dos Santos, Ana Júlia Victal dos Reis, Arthur Rampazio Siqueira, Isabel dos Santos Fernandes, Luiz Carlos Machado Ferreira, Gustavo Michaloski e Bruna Melloni Romero. Os outros sete estudantes tiveram menção honrosa: Gabriela Maia da Silva, Samuel Fraga Soares, Beatriz Ferreira, Deisianny Santos, Gabriel Henrique, Gabriel

Lopes e Tauat Lara.

O discurso de agradecimento à escola estava na ponta da língua dos pais que estiveram lá para recepcionar os premiados. "Estou sem acreditar até agora. A prova era de alto nível. Só uma escola pública, gratuita e de qualidade poderia proporcionar isso para a minha filha", disse Janaína Monteiro dos Santos, mãe de Adrieny. Tatiane Garcia, mãe da medalhista de bronze Isabel Fernandes, destacou que não apenas a matemática, mas outras disciplinas também contribuíram para o feito. "A Isabel nunca fez curso de inglês. O que ela sabe, aprendeu na escola", conta. As provas foram aplicadas em inglês e uma professora do idioma também acompanhou a delegação.

Emoção

"Quando começaram a sair as notícias das medalhas, deu uma tremedeira. Nós tínhamos consciência de que a dificuldade era grande. A gente falava para nossas filhas para não se importar tanto com o resultado, que o importante era estar lá e viver essa experiência. Então agora é só orgulho", acrescenta Tatiane. Mas além do resultado, houve ainda outros motivos para que a experiência emocionasse pais e alunos. Irina Michaloski, mãe do medalhista de bronze Gustavo Michaloski, listou uma delas. "Foi a vez que eu fiquei mais tempo longe dele", se emociona.

Quase todos os estudantes viveram também a emoção de sua primeira viagem internacional. Alguns deles relataram ainda terem entrado em um avião pela primeira vez. Foi o caso da medalhista de prata, Rafaela Luiz Costa Franco, do 2º ano do ensino médio. "Foi incrível. Pessoas de vários países no mesmo hotel, conversando e dividindo informações", conta.

A professora Isabel Campos Barroso destacou a programação para além das provas. "Além de terem competido com pessoas de diferentes países, da China, da Coreia, da Tailândia, da Austrália, eles puderam visitar monumentos que são patrimônios da humanidade. Nós fomos à Muralha da China, à Cidade Proibida. Conhecer essa realidade que é tão diversa da nossa nos enriquece culturalmente e nenhum deles vai esquecer".

Andreia Bandeira Ribeiro, diretora-geral do Campus Centro do Colégio Pedro II, também marcou presença na recepção aos alunos e lembrou da importância do investimento nas escolas públicas. Ela afirma que alguns desses alunos são beneficiários das políticas de assistência estudantil, que os ajudam a se manterem na escola. "A educação nesse país é uma questão de oportunidade", concluiu.

A GAZETA - CB - TEMPO REAL

PIBID: o diálogo entre a universidade e a escola

O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) é um projeto da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)** vinculada ao Ministério da Educação (MEC) que incentiva estudantes de cursos de licenciatura para o planejamento e execução de atividades pedagógicas em escolas públicas de Educação Básica, aprimorando sua formação e contribuindo para a melhoria da qualidade dessas escolas. Em Campo Bom uma parceria entre a Universidade Feevale e a Secretaria de Educação e Cultura (SMEC) desenvolve o PIBID há cerca de um ano e meio no contraturno escolar nas EMEFs Presidente Vargas, Morada do Sol e 25 de Julho, proporcionando oportunidades de criação e participação em experiências metodológicas, tecnológicas, e prática docente inovadoras e interdisciplinares que

buscam a superação de problemas identificados no processo de ensino-aprendizagem. “O PIBID para o município é um ganho, em dois sentidos: à formação do futuro professor e às escolas, qualificando sempre mais a educação, com práticas pedagógicas diferenciadas, que despertam o interesse dos alunos, aprofundando, assim, o conhecimento”, afirmou a titular da SMEC, Simone Schneider.

COMO FUNCIONA

Cada escola conta com cerca de cinco acadêmicos, acompanhados de um professor supervisor da escola, com planejamento e supervisão também da Universidade. As ações que estão sendo colocadas em prática foram elaboradas por cada instituição, de acordo com suas necessidades, contemplando o subprojeto “Para reinventar o mundo, práticas interdisciplinares”, onde foram trabalhados três eixos – educação ambiental, diversidade e direitos humanos.

Jogos virtuais como estratégia de aprendizagem e inclusão – EMEF Presidente Vargas

Na escola do bairro Operária a tecnologia foi utilizada para quebrar paradigmas e trabalhar temas como diversidade étnica-racial e direitos humanos. Eles desenvolveram animações e jogos onde esses temas foram abordados de forma lúdica e inclusiva. “Chegamos neste contexto após a discussão sobre representatividade. Questionei os alunos se eles conheciam super-heróis, heroínas ou jogos que tivessem personagens que eles se identificassem como protagonistas. Como não encontramos partimos para a criação”, revelou a professora supervisora Gisele de Aguirres Pereira Após uma visita aos laboratórios do curso de Jogos Digitais da Universidade Feevale para conhecer novas ferramentas para a criação dos games a criatividade dos estudantes foi aguçada e surgiram jogos e animações sobre a vereadora carioca Marielle Franco, assassinada em março de 2018, lutando contra a corrupção, índios tentando conter as queimadas na Amazônia e a reivindicação de mulheres para se inserirem no mercado de trabalho em vagas consideradas tradicionalmente masculinas. “Nos surpreendeu o interesse deles por temas tão atuais e pertinentes. Acredito que além de aprenderem a usar os programas de produção e criação estes alunos irão sair do PIBID com uma nova visão sobre a nossa sociedade atual”, comentou o acadêmico do curso de História, Fábio Almeida.

Inclusão de crianças com necessidades especiais – EMEF 25 de Julho

Adotar estratégias educacionais inovadoras dando o exemplo na prática. Esse foi um dos objetivos do projeto desenvolvido na EMEF 25 de Julho com acadêmicos dos cursos de Biologia, Artes Visuais e História da Feevale com um grupo de dez alunos do 6º ao 9º do Ensino Fundamental. Ao abordarem o tema Direitos Humanos os estudantes optaram por trabalhar formas de inclusão dentro da escola, desenvolvendo jogos, atividades e melhorando os espaços da Sala de Recursos da instituição, que atende 12 alunos com necessidades especiais. “Ao debaterem sobre o tema uma nova janela se abriu, eles se deram conta que nem conheciam a Sala de Recursos, quem utilizava e de que forma ela colabora para o desenvolvimento dos frequentadores”, explica a professora Sandra Brand.

Neste contexto os estudantes desenvolveram jogos que podem ser utilizados para ensinar e aprender de forma lúdica e, simultaneamente, inclusiva. Entre outras coisas, a utilização de jogos para o ensino e a aprendizagem possibilita o desenvolvimento: da coordenação motora, da percepção espacial, da atenção, da concentração, da criatividade, da boa reação a situações desafiadoras, da superação de fases e obstáculos,

da escolha e elaboração de atividades, da elaboração de textos e desenhos. “Sem falar no orgulho que dá ver o resultado do nosso trabalho sendo aproveitado da melhor forma possível”, completou a estudante do 9º ano do ensino médio, Julia Dapper.

Iniciativas para promover no desenvolvimento educacional – EMEF Morada do Sol

No início do segundo semestre deste ano, quando os Direitos Humanos entraram em debate na Emef Morada do Sol, o Artigo 23 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) instigou os nove alunos que participam do Projeto PIBID na instituição. O artigo deixa claro que: “Toda a pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha do trabalho, a condições equitativas e satisfatórias de trabalho e à proteção contra o desemprego. Todos têm direito, sem discriminação alguma, a salário igual por trabalho igual. Quem trabalha tem direito a uma remuneração equitativa e satisfatória...”. Ao analisar o documento com mais de 70 anos os adolescentes descobriram que o sonho de melhorar de vida e ingressar na faculdade não está tão distante assim. “Trouxemos o tema para a realidade deles, para o dia a dia. O que hoje um adolescente projeta para o seu futuro, aonde ele quer chegar. Foi aí que se abriu um leque de possibilidade que eles nem imaginavam que existia. Para muitos alunos concluir o segundo grau era o fim da vida escolar. Mostramos que não, que existem N formas de conseguir bolsas de estudo, financiamentos, descontos universitários e só basta eles estudarem e correrem atrás”, relembra a professora Évilin Kroth Sommer. Durante os encontros os acadêmicos e a professora buscaram desenvolver atividades que exploraram a interdisciplinaridade, unindo diversas áreas do conhecimento.

topo ↕

AGÊNCIA BRASIL - TEMPO REAL

Óleo que atingiu Rio de Janeiro é compatível com o do Nordeste

O óleo que atingiu o litoral do Rio de Janeiro é compatível com material encontrado no litoral da região Nordeste e do Espírito Santo, de acordo com o Grupo de Acompanhamento e Avaliação (GAA). Em nota divulgada hoje (26), o grupo diz que militares da Marinha e agentes do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) estão no local efetuando monitoramento. O GAA é formado pela Marinha do Brasil, Agência Nacional de Petróleo (ANP) e Ibama.

A análise foi feita pelo Instituto de Estudo do Mar Almirante Paulo Moreira (IEAPM) que constatou que uma amostra de 20 gramas recolhida na Praia de Santa Clara, em São Francisco de Itabapoana, localizada ao norte do estado do Rio de Janeiro, é compatível com o óleo que atingiu o litoral do Nordeste e o Espírito Santo.

Autoridades confirmaram, neste final de semana, que fragmentos de óleo chegaram ao Rio de Janeiro. De acordo com GAA, tratam-se de "pequenos fragmentos" que foram removidos das praias de Santa Clara e Guriri, em São Francisco de Itabapoana; praias do Barreto, em Macaé; e Canal das Flechas, em Quissamã. Todas localizadas ao norte do Estado.

Amostras foram recolhidas em todas essas localidades e apenas na Praia de Santa Clara, o óleo "foi constatado como compatível", diz o texto. Segundo o GAA, até o momento, não foram encontrados novos vestígios de óleo no estado do Rio de Janeiro.

De acordo com o último boletim divulgado pelo Ibama na tarde de ontem (25), ao todo, 772 localidades de 124 municípios em 11 estados foram atingidos pelo óleo. Até o

momento, constam na lista, além do Rio, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo.

Na semana passada, a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** lançou um edital que vai destinar R\$ 1,36 milhão para pesquisas sobre o óleo encontrado nas praias brasileiras. O objetivo é contribuir para a contenção, o processamento do resíduo encontrado e a redução de danos ao meio ambiente.

topo ↕

ANDIFES - TEMPO REAL

UFCA – Programas como Pibid e Residência Pedagógica aproximam estudantes e escolas públicas

Desde 2012 o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência do curso de Música da Universidade Federal do Cariri (Pibid/UFCA) vem realizando oficinas gratuitas de Canto Coral, Violão, Teclado, Sopro, Metais e Bateria para os estudantes da Escola de Ensino Médio Governador Aduino Bezerra, em Juazeiro do Norte. Esse projeto atua também em outras escolas, como na Escola Polivalente Ernesto Geisel e na Escola Tiradentes, também em Juazeiro do Norte.

O Pibid é uma ação da Política Nacional de Formação de Professores do Ministério da Educação (MEC), vinculado à Pró-Reitoria de Graduação (Prograd) da UFCA, que busca proporcionar aos estudantes da primeira metade dos cursos de licenciatura uma aproximação com as atividades práticas das escolas públicas e com os desafios encontrados no cotidiano das aulas.

Para Luís Henrique Oliveira, estudante do quarto semestre do curso de Música da UFCA que participa do Pibid há quase um ano e meio, como o curso de Música é de licenciatura, o Pibid proporciona uma experiência de como é ser professor e também entender qual será a melhor metodologia de ensino para a sua turma. Luís Henrique é responsável pelas oficinas de teclado, que já contaram, este semestre, com a participação de cerca de 20 estudantes da escola.

Diego Erilhen, também estudante do quarto semestre do curso de Música, que ministra oficinas de violão na escola, afirma que “o Pibid é de suma importância; ele faz com que nós [estudantes do curso de Música da UFCA] tenhamos a oportunidade de ter o contato com os alunos e também passar o conhecimento que aprendemos na UFCA”, disse.

O estudante do primeiro ano do ensino médio da Escola Aduino Bezerra, Francisco Cleber Costa, conta que conheceu o Pibid por meio dos colegas que participam das oficinas e passou a frequentar todas as atividades que estão à sua disposição. Para Francisco, essas atividades são uma oportunidade de aprender a tocar algum tipo de instrumento musical e despertam o seu interesse pelo curso de Música. “Esse projeto ajuda a gente a se encontrar e realmente conhecer algo novo (...), a gente pode até virar um músico”, disse.

Já para a participante da oficina de violão Jaquelyny Costa, também estudante do primeiro ano do ensino médio, essas oficinas ajudam a encontrar novas motivações: “Essas aulas de violão vem como um novo estímulo e também são muito boas para desestressar, além disso, é algo extraordinário tocar um instrumento e eu acho muito incrível eles [bolsistas do Pibid] ensinarem isso”, afirmou.

Além das oficinas, toda semana os estudantes do Pibid realizam o “Intervalo Musical”, onde outros estudantes do curso de Música da UFCA se apresentam durante o intervalo da escola. Segundo os bolsistas do Pibid, no final do semestre, será realizada uma apresentação coletiva com os alunos que participaram das oficinas.

Residência Pedagógica

Foto: Emanoella Callou – Dcom/UFCA

A escola Aduino Bezerra, além de receber ações do Pibid de Música, também é uma das escolas que recebem o programa Residência Pedagógica do curso de Filosofia da UFCA. Esse programa é uma das ações da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** que integram a Política Nacional de Formação de Professores e tem por objetivo induzir o aperfeiçoamento da formação prática nos cursos de licenciatura, promovendo a imersão do estudante de licenciatura na escola de educação básica.

Atualmente a UFCA conta com 24 bolsistas remunerados do curso de Filosofia que realizam encontros semanais em escolas públicas de Crato e de Juazeiro do Norte. Na Escola Aduino Bezerra atuam dois grupos de estudantes de Filosofia. Um grupo trabalha com a temática “Estado de Poesia”, abordando filosofia e arte utilizando uma metodologia experimental, e o outro aborda filosofia e tecnologia, através de cine debates.

Segundo Emily Oliveira, estudante do primeiro ano do ensino médio que participa das atividades promovidas pelo curso de Filosofia, essa ação trouxe uma nova oportunidade de conhecer os assuntos relacionados à filosofia, à arte e a assuntos relativos à saúde mental e atualidades. Para ela, “essas aulas estão fugindo do padrão de chegar, sentar e estudar. Essas aulas são mais dinâmicas e você aprende melhor assim, além de debatermos assuntos que não debatemos em sala”, conta.

Segundo o professor Emanuel Marcondes, do curso de Filosofia, a residência pedagógica busca uma aproximação da UFCA com as escolas selecionadas: “O Projeto Residência Pedagógica funciona de forma orgânica e interativa, buscando articular a proposta de formação de professores da universidade, a partir dos subprojetos apresentados, possibilitando uma maior aproximação entre os projetos pedagógicos das licenciaturas e das escolas-campo selecionadas”, disse.

Além da Escola Aduino Bezerra, esse programa atua também no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), campus Juazeiro do Norte. Já em Crato, as escolas que recebem essa ação são a Escola de Ensino Médio Governador Aduino Bezerra (Polivalente), o Colégio Estadual Wilson Gonçalves, a Escola Estadual de Educação Profissional Governador Virgílio Távora e o Liceu do Crato.

topo ↕

CLIC RBS - TEMPO REAL

**Óleo que atingiu Rio de Janeiro é compatível com o do Nordeste
Conclusão é do Instituto de Estudo do Mar Almirante Paulo Moreira, que analisou amostra coletada na Praia de Santa Clara, no litoral norte do Estado**

O óleo que atingiu o litoral do Rio de Janeiro é compatível com material encontrado no litoral da região Nordeste e do Espírito Santo, de acordo com o Grupo de Acompanhamento e Avaliação (GAA). Em nota divulgada nesta terça-feira (26), o grupo diz que militares da Marinha e agentes do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) estão no local efetuando monitoramento. O GAA é formado pela Marinha do Brasil, Agência Nacional de Petróleo (ANP) e Ibama.

A análise do óleo foi feita pelo Instituto de Estudo do Mar Almirante Paulo Moreira (IEAPM), que constatou que uma amostra de 20 gramas recolhida na Praia de Santa Clara, em São Francisco de Itabapoana, localizada ao norte do Estado do Rio de Janeiro, é compatível com o óleo que atingiu o litoral do Nordeste e o Espírito Santo.

Autoridades confirmaram, neste final de semana, que fragmentos de óleo chegaram ao Rio de Janeiro. De acordo com GAA, tratam-se de "pequenos fragmentos" que foram removidos das praias de Santa Clara e Guriri, em São Francisco de Itabapoana; praias do Barreto, em Macaé; e Canal das Flechas, em Quissamã, todas localizadas ao norte do Estado.

Amostras foram recolhidas em todas essas localidades e apenas na Praia de Santa Clara, o óleo "foi constatado como compatível", diz o texto. Segundo o GAA, até o momento, não foram encontrados novos vestígios de óleo no Estado do Rio de Janeiro.

De acordo com o último boletim divulgado pelo Ibama na tarde de de segunda-feira (25), ao todo, 772 localidades de 124 municípios em 11 estados foram atingidos pelo óleo. Até o momento, constam na lista, além do Rio, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo.

Na semana passada, a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** lançou um edital que vai destinar R\$ 1,36 milhão para pesquisas sobre o óleo encontrado nas praias brasileiras. O objetivo é contribuir para a contenção, o processamento do resíduo encontrado e a redução de danos ao meio ambiente.

[topo](#)

DIÁRIO DO NORDESTE - CE - ÚLTIMA HORA

Campus de Sobral da Universidade Federal do Ceará se destaca com parcerias internacionais

Projetos da Universidade Federal do Ceará no Campus mantém relação com Canadá, França e Suíça.

Em meio a um cenário de cortes nas universidades públicas brasileiras, a inserção internacional destas instituições se torna cada vez mais difícil. Ainda assim, um dos exemplos de sucesso vem do interior do Ceará. O Curso de Música do Campus de Sobral, da Universidade Federal do Ceará (UFC), tem se destacado quando o assunto é intercâmbio de conhecimentos com outros países, como França, Canadá e Suíça.

Um dos elementos impulsionadores é promovido pelo PesquiSamus, grupo criado em 2011 que desenvolve estudos sobre música e processos educacionais e culturais no Município. "Através das Conferências Internacionais de Educação Musical de Sobral (CIEMS) temos estreitado laços com grupos e laboratórios nacionais e internacionais", ressalta o professor do Curso de Música, Marco Toledo.

Fruto do trabalho, um dos exemplos de sucesso está na parceria com a Ópera Global da Ciência, evento organizado pela Noruega. Na última quarta-feira (20), a Orquestra Sinfônica de Sobral participou da quinta edição da Ópera, que celebrou a teoria da relatividade em uma homenagem ao centenário do eclipse de Sobral. O Pesquisamus tem contato direto com instituições de ensino no Canadá, França, Suíça e Programas de Pós-Graduação na Bahia e Paraná.

Intercâmbio

Um projeto aprovado pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)** para o período de 2016 a 2020 já propiciou o intercâmbio para o Canadá de cinco cearenses do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFC e três estudantes de graduação do Campus de Sobral. A iniciativa acadêmica estuda as Práticas Musicais em Espaços não Institucionalizados nos dois países. Seis doutorandos canadenses também já foram recebidos pela universidade brasileira.

“Além de trazeremos grupos estrangeiros, principalmente por ocasião do Festival Internacional de Orquestras de Jovens (Eurochestrías), que é organizado pelo Curso de Música de Sobral, nossos grupos artísticos são constantemente convidados para se apresentar no exterior”, pontua o professor Marco Toledo.

topo ↕

FOLHA DE PERNAMBUCO - PE - TEMPO REAL

**Óleo que atingiu Rio de Janeiro é compatível com o do Nordeste
Autoridades confirmaram, neste final de semana, que fragmentos de óleo
chegaram ao Rio de Janeiro**

O óleo que atingiu o litoral do Rio de Janeiro é compatível com material encontrado no litoral da região Nordeste e do Espírito Santo, de acordo com o Grupo de Acompanhamento e Avaliação (GAA). Em nota divulgada hoje (26), o grupo diz que militares da Marinha e agentes do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) estão no local efetuando monitoramento. O GAA é formado pela Marinha do Brasil, Agência Nacional de Petróleo (ANP) e Ibama.

A análise foi feita pelo Instituto de Estudo do Mar Almirante Paulo Moreira (IEAPM) que constatou que uma amostra de 20 gramas recolhida na Praia de Santa Clara, em São Francisco de Itabapoana, localizada ao norte do estado do Rio de Janeiro, é compatível com o óleo que atingiu o litoral do Nordeste e o Espírito Santo.

Autoridades confirmaram, neste final de semana, que fragmentos de óleo chegaram ao Rio de Janeiro. De acordo com GAA, tratam-se de "pequenos fragmentos" que foram removidos das praias de Santa Clara e Guriri, em São Francisco de Itabapoana; praias do Barreto, em Macaé; e Canal das Flechas, em Quissamã. Todas localizadas ao norte do Estado.

Amostras foram recolhidas em todas essas localidades e apenas na Praia de Santa Clara, o óleo "foi constatado como compatível", diz o texto. Segundo o GAA, até o momento, não foram encontrados novos vestígios de óleo no estado do Rio de Janeiro.

De acordo com o último boletim divulgado pelo Ibama na tarde de ontem (25), ao todo, 772 localidades de 124 municípios em 11 estados foram atingidos pelo óleo. Até o momento, constam na lista, além do Rio, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte,

Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo.

Na semana passada, a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** lançou um edital que vai destinar R\$ 1,36 milhão para pesquisas sobre o óleo encontrado nas praias brasileiras. O objetivo é contribuir para a contenção, o processamento do resíduo encontrado e a redução de danos ao meio ambiente.

topo ↕

JORNAL DIA A DIA - TEMPO REAL

UFSCar sedia 2º ciclo sobre crianças e adolescentes em situação de risco Evento traz Ilna Singh, professora da Universidade de Oxford, que falará sobre ferramentas digitais na saúde mental

De 1º a 5 de dezembro, acontece o segundo ciclo da Escola de Altos Estudos (EAE) – Crianças e Adolescentes em Situação de Risco: Dimensões Éticas, Intervenção e Inovação Científica, proposta contemplada no Edital EAE nº 14/2018, da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, e realizada pelos programas de pós-graduação em Psicologia (PPGpsi) e em Educação Especial (PPGEEs) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar); pelos programas de pós-graduação em Psiquiatria e em Saúde Mental, da Universidade de São Paulo (USP); e pelos programas de pós-graduação em áreas correlacionadas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Universidade Federal Fluminense (UFF) e Universidade Salgado de Oliveira (Universo).

O encontro terá como convidada Ilna Singh, professora de Neurociência e Sociedade na Universidade de Oxford, onde realiza pesquisa conjunta entre o Departamento de Psiquiatria e a Faculdade de Filosofia (Centro de Oxford para Neuroética e Centro Uehiro). Seu trabalho examina as implicações psicossociais e éticas dos avanços da Biomedicina e da Neurociência para jovens e famílias e reflete um compromisso de longa data de levar as experiências de crianças e jovens à avaliação ética, tomada de decisão clínica e formulação de políticas.

Na UFSCar, Singh profere a conferência intitulada “Digital tools in mental health: social and ethical considerations” (Ferramentas digitais em saúde mental: considerações sociais e éticas). A palestra, que será ministrada em Inglês e com tradução simultânea, acontece no dia 2 de dezembro, a partir das 16 horas, no Teatro Universitário Florestan Fernandes, na área Norte do Campus São Carlos.

As inscrições para a conferência são gratuitas e devem ser feitas em www.eae2019-riscodesenvolvimento.ufscar.br/inscricoes. Podem se inscrever alunos de graduação dos últimos anos, em especial, nas áreas de Psicologia, Psiquiatria, Neurociências do Desenvolvimento e Educação Especial, pesquisadores e alunos de pós-graduação da UFSCar e de outras instituições e pesquisa. No escopo da EAE também haverá, na Universidade, a oferta de uma disciplina, além de conferências em São Paulo. A programação completa pode ser acessada em www.eae2019-riscodesenvolvimento.ufscar.br.

Sobre a Escola de Altos Estudos

A Escola de Altos Estudos (EAE) – Crianças e Adolescentes em Situação de Risco: Dimensões Éticas, Intervenção e Inovação Científica tem como objetivo principal disseminar conhecimento científico de ponta sobre o impacto de experiências de adversidade e negligência no desenvolvimento humano, bem como discutir

possibilidades de intervenção, mantendo um olhar atento para as questões éticas envolvidas. A proposta é a de investir neste campo investigativo em três dimensões indissociáveis: a elucidação de abordagens preventivas; a divulgação de modelos clínicos e institucionais bem-sucedidos no atendimento de crianças e adolescentes em situação de risco; e a análise aprofundada dos aspectos éticos que norteiam a pesquisa e a intervenção com estes grupos. Mais informações sobre a EAE podem ser obtidas no site (www.eae2019-riscodesenvolvimento.ufscar.br) e em página no Facebook (www.facebook.com/eae.capes).

Sobre a pesquisadora

Irina Singh é pesquisadora integrante dos projetos ADHD Voices, Neuroenhancement Responsible Research and Innovation e Urban Brain Project. Em 2014, recebeu o prêmio Wellcome Trust Senior Investigator Award pelo estudo intitulado “Tornar-se bom: intervenção precoce e desenvolvimento moral na psiquiatria infantil”. Além disso, contribuiu com vários grupos científicos e políticos, incluindo os Institutos Nacionais de Excelência Clínica do Reino Unido (Nice), os Institutos Nacionais de Saúde Mental dos EUA (NIMH) e o Nuffield Council on Bioethics. É copresidente do Conselho Consultivo de Ética do projeto EU-AIMS sobre tratamentos para o autismo e consultora especialista do National Autism Project. Já publicou pesquisas em revistas como Nature, Nature Reviews Neuroscience, Ciências Sociais e Medicina e American Journal of Bioethics.

topo ↕

JORNAL MONTES CLAROS - TEMPO REAL

Montes Claros – Mestrando apresenta produtos técnicos para secretária de educação de Montes Claros

Montes Claros – Mestrando apresenta produtos técnicos para secretária de educação de Montes Claros

Montes Claros – Na tarde desta segunda-feira (25), o mestrando Ricardo Soares de Oliveira, do Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Cuidado Primário em Saúde (PPGCPS), da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), e a coordenadora do Serviço de Segurança e Medicina do Trabalho da Prefeitura de Montes Claros, Maíra Sapori, se reuniram com a secretária municipal de educação de Montes Claros, Rejane Veloso Rodrigues, e com o Diretor de Tecnologia da Informação, Reinan de Brito para apresentação e análise dos produtos técnicos gerados a partir da pesquisa desenvolvida no setor sobre absenteísmo docente por depressão.

Foram apresentadas seis sugestões técnicas, dessas, duas por terem sido efetivamente realizadas já são produtos técnicos. A necessidade de uma profissional psiquiatra foi fomentada a partir das discussões da pesquisa, a implementação de fluxo de entrega de atestados, são os dois primeiros produtos efetivados. O terceiro produto será concretizado no início de dezembro, com a criação de uma equipe interdisciplinar multiprofissional para acompanhar os casos mais necessários, elaborar laudos e realizar visitas técnicas.

Para melhorar a forma de atuação do médico perito no ato da consulta, foi sugerido a correção do Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) e o Relatório de Licença Médica (RLM), que são impressos com CID-10 incorretos. E a disponibilização, via sistema de consulta, do histórico do paciente para que o médico tenha acesso a toda história pregressa do servidor. Segundo Reinan de Brito, definirá com o Secretário de Planejamento, Cláudio Rodrigues, uma maior urgência para solucionar essas

inconsistências. Por fim, ficou definido que o sexto produto técnico será executado a partir do início do próximo ano com a realização de encontros de saúde mental, inserindo ações em saúde com foco na promoção, proteção e recuperação da saúde, voltado para o corpo docente.

Essas propostas vão ao encontro com o que defende o professor Roberto Brasileiro Paixão, professor adjunto da Universidade Federal da Bahia (UFBA), juntamente com outros autores, diz que “um mestrado profissional de sucesso é aquele que incrementa a capacidade do aluno de intervir positivamente no ambiente de trabalho”. E ainda, conforme a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, “o mestrado profissional é uma modalidade de Pós-Graduação stricto sensu voltada para a capacitação de profissionais, nas diversas áreas do conhecimento, mediante o estudo de técnicas, processos, ou temáticas que atendam a alguma demanda do mercado de trabalho”.

Por Ricardo Soares

topo ↕

MEIA HORA - TEMPO REAL

Óleo que atingiu Rio de Janeiro é compatível com o do Nordeste

Ao todo, 772 localidades de 124 municípios em 11 estados foram atingidos pelo óleo

O óleo que atingiu o litoral do Rio de Janeiro é compatível com material encontrado no litoral da região Nordeste e do Espírito Santo, de acordo com o Grupo de Acompanhamento e Avaliação (GAA). Em nota divulgada hoje (26), o grupo diz que militares da Marinha e agentes do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) estão no local efetuando monitoramento. O GAA é formado pela Marinha do Brasil, Agência Nacional de Petróleo (ANP) e Ibama.

A análise foi feita pelo Instituto de Estudo do Mar Almirante Paulo Moreira (IEAPM) que constatou que uma amostra de 20 gramas recolhida na Praia de Santa Clara, em São Francisco de Itabapoana, localizada ao norte do estado do Rio de Janeiro, é compatível com o óleo que atingiu o litoral do Nordeste e o Espírito Santo.

Autoridades confirmaram, neste final de semana, que fragmentos de óleo chegaram ao Rio de Janeiro. De acordo com GAA, tratam-se de "pequenos fragmentos" que foram removidos das praias de Santa Clara e Guriri, em São Francisco de Itabapoana; praias do Barreto, em Macaé; e Canal das Flechas, em Quissamã. Todas localizadas ao norte do Estado.

Amostras foram recolhidas em todas essas localidades e apenas na Praia de Santa Clara, o óleo "foi constatado como compatível", diz o texto. Segundo o GAA, até o momento, não foram encontrados novos vestígios de óleo no estado do Rio de Janeiro.

De acordo com o último boletim divulgado pelo Ibama na tarde de ontem (25), ao todo, 772 localidades de 124 municípios em 11 estados foram atingidos pelo óleo. Até o momento, constam na lista, além do Rio, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo.

Na semana passada, a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** lançou um edital que vai destinar R\$ 1,36 milhão para pesquisas

sobre o óleo encontrado nas praias brasileiras. O objetivo é contribuir para a contenção, o processamento do resíduo encontrado e a redução de danos ao meio ambiente.

topo ↕

METRÓPOLES - TEMPO REAL

Capes anuncia a abertura de 1.800 bolsas de pós-graduação

Ao total, serão investidos R\$ 200 milhões, nos próximos quatro anos, em cursos de mestrado e doutorado

O presidente da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, **Anderson Correia**, anunciou, nesta terça-feira (26/11/2019), a abertura de 1.800 novas bolsas de pós-graduação. As vagas serão liberadas a partir de março de 2020.

Ao total, serão investidos R\$ 200 milhões, nos próximos quatro anos, em cursos de mestrado e doutorado, segundo a **Capex**.

“É uma alegria muito grande fechar esse programa e fechar o ano com chave de ouro”, declarou o presidente da instituição, **Anderson Correia**.

Os cursos serão definidos de acordo com as necessidades de cada estado – que devem elencar as áreas que querem priorizar. A partir disso, serão apontados pela **Capex** os programas de pós-graduação a serem atendidos.

A iniciativa tem a parceria do Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (Confap). Serão atendidos cursos considerados emergentes e em fase inicial de implantação, com notas 3 ou 4, na avaliação da **Capex**.

“A **Capex** tem a missão da internacionalização, pensar no país, na qualidade de excelência, mas não podemos deixar de atender os programas que estão em fase inicial”, avaliou Correia.

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Óleo que atingiu Rio de Janeiro é compatível com o do Nordeste

O óleo que atingiu o litoral do Rio de Janeiro é compatível com material encontrado no litoral da região Nordeste e do Espírito Santo, de acordo com o Grupo de Acompanhamento e Avaliação (GAA). Em nota divulgada hoje (26), o grupo diz que militares da Marinha e agentes do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) estão no local efetuando monitoramento. O GAA é formado pela Marinha do Brasil, Agência Nacional de Petróleo (ANP) e Ibama.

A análise foi feita pelo Instituto de Estudo do Mar Almirante Paulo Moreira (IEAPM) que constatou que uma amostra de 20 gramas recolhida na Praia de Santa Clara, em São Francisco de Itabapoana, localizada ao norte do estado do Rio de Janeiro, é compatível com o óleo que atingiu o litoral do Nordeste e o Espírito Santo.

Autoridades confirmaram, neste final de semana, que fragmentos de óleo chegaram ao Rio de Janeiro. De acordo com GAA, tratam-se de “pequenos fragmentos” que foram removidos das praias de Santa Clara e Guriri, em São Francisco de Itabapoana; praias do Barreto, em Macaé; e Canal das Flechas, em Quissamã. Todas localizadas ao norte do Estado.

Amostras foram recolhidas em todas essas localidades e apenas na Praia de Santa Clara, o óleo "foi constatado como compatível", diz o texto. Segundo o GAA, até o momento, não foram encontrados novos vestígios de óleo no estado do Rio de Janeiro.

De acordo com o último boletim divulgado pelo Ibama na tarde de ontem (25), ao todo, 772 localidades de 124 municípios em 11 estados foram atingidos pelo óleo. Até o momento, constam na lista, além do Rio, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo.

Na semana passada, a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** lançou um edital que vai destinar R\$ 1,36 milhão para pesquisas sobre o óleo encontrado nas praias brasileiras. O objetivo é contribuir para a contenção, o processamento do resíduo encontrado e a redução de danos ao meio ambiente.

topo ↕

TRIBUNA DO NORTE - RN - TEMPO REAL

Óleo que atingiu Rio de Janeiro é compatível com o do Nordeste

O óleo que atingiu o litoral do Rio de Janeiro é compatível com material encontrado no litoral da região Nordeste e do Espírito Santo, de acordo com o Grupo de Acompanhamento e Avaliação (GAA). Em nota divulgada hoje (26), o grupo diz que militares da Marinha e agentes do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) estão no local efetuando monitoramento. O GAA é formado pela Marinha do Brasil, Agência Nacional de Petróleo (ANP) e Ibama.

Litoral potiguar ainda é alvo dos resíduos de petróleo que tomaram conta de pelo menos 43 praias no Rio Grande do Norte desde o início do mês passado

A análise foi feita pelo Instituto de Estudo do Mar Almirante Paulo Moreira (IEAPM) que constatou que uma amostra de 20 gramas recolhida na Praia de Santa Clara, em São Francisco de Itabapoana, localizada ao norte do estado do Rio de Janeiro, é compatível com o óleo que atingiu o litoral do Nordeste e o Espírito Santo.

Autoridades confirmaram, neste final de semana, que fragmentos de óleo chegaram ao Rio de Janeiro. De acordo com GAA, tratam-se de "pequenos fragmentos" que foram removidos das praias de Santa Clara e Guriri, em São Francisco de Itabapoana; praias do Barreto, em Macaé; e Canal das Flechas, em Quissamã. Todas localizadas ao norte do Estado.

Amostras foram recolhidas em todas essas localidades e apenas na Praia de Santa Clara, o óleo "foi constatado como compatível", diz o texto. Segundo o GAA, até o momento, não foram encontrados novos vestígios de óleo no estado do Rio de Janeiro.

De acordo com o último boletim divulgado pelo Ibama na tarde de ontem (25), ao todo, 772 localidades de 124 municípios em 11 estados foram atingidos pelo óleo. Até o momento, constam na lista, além do Rio, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo.

Na semana passada, a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** lançou um edital que vai destinar R\$ 1,36 milhão para pesquisas sobre o óleo encontrado nas praias brasileiras. O objetivo é contribuir para a contenção, o processamento do resíduo encontrado e a redução de danos ao meio ambiente.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Óleo que atingiu Rio de Janeiro é compatível com o do Nordeste

O óleo que atingiu o litoral do Rio de Janeiro é compatível com material encontrado no litoral da região Nordeste e do Espírito Santo, de acordo com o Grupo de Acompanhamento e Avaliação (GAA). Em nota divulgada hoje (26), o grupo diz que militares da Marinha e agentes do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) estão no local efetuando monitoramento. O GAA é formado pela Marinha do Brasil, Agência Nacional de Petróleo (ANP) e Ibama.

A análise foi feita pelo Instituto de Estudo do Mar Almirante Paulo Moreira (IEAPM) que constatou que uma amostra de 20 gramas recolhida na Praia de Santa Clara, em São Francisco de Itabapoana, localizada ao norte do estado do Rio de Janeiro, é compatível com o óleo que atingiu o litoral do Nordeste e o Espírito Santo.

Autoridades confirmaram, neste final de semana, que fragmentos de óleo chegaram ao Rio de Janeiro. De acordo com GAA, tratam-se de "pequenos fragmentos" que foram removidos das praias de Santa Clara e Guriri, em São Francisco de Itabapoana; praias do Barreto, em Macaé; e Canal das Flechas, em Quissamã. Todas localizadas ao norte do Estado.

Amostras foram recolhidas em todas essas localidades e apenas na Praia de Santa Clara, o óleo "foi constatado como compatível", diz o texto. Segundo o GAA, até o momento, não foram encontrados novos vestígios de óleo no estado do Rio de Janeiro.

De acordo com o último boletim divulgado pelo Ibama na tarde de ontem (25), ao todo, 772 localidades de 124 municípios em 11 estados foram atingidos pelo óleo. Até o momento, constam na lista, além do Rio, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo.

Na semana passada, a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** lançou um edital que vai destinar R\$ 1,36 milhão para pesquisas sobre o óleo encontrado nas praias brasileiras. O objetivo é contribuir para a contenção, o processamento do resíduo encontrado e a redução de danos ao meio ambiente.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Capes vai investir R\$ 200 mi em bolsas de cursos "estratégicos" por região

A **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)** anunciou hoje que irá investir R\$ 200 milhões nos próximos quatro anos em bolsas de mestrado e doutorado de cursos que sejam considerados "estratégicos" segundo as prioridades de cada estado.

A iniciativa acontece em parceria com a Confap (Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa). Segundo o presidente da **Capes, Anderson Correia**, serão disponibilizadas 1.800 novas bolsas, com foco em programas de notas 3 e 4.

A avaliação dos programas varia em uma escala de 1 a 7. As notas 1 e 2 implicam o descredenciamento do curso pela **Capes**. Cursos que obtenham as notas 3 e 4 são considerados regulares, mas não de excelência em nível internacional, como acontece com os programas que atingem os conceitos 6 e 7.

"[A **Capes**] foca em excelência, mas não pode deixar de lado a mitigação de assimetrias", disse Correia. "Não podemos deixar de atender aqueles programas que estão em fase inicial e que, sem apoio, não conseguem ter uma musculatura para um dia chegarem à condição de programas internacionais", afirmou.

Para definição dos cursos a serem atendidos, cada estado ficará encarregado de elencar as áreas que querem priorizar. A partir dessa escolha, serão apontados pela **Capes** os programas de pós-graduação a serem atendidos.

Entre suas atividades, a **Capes** oferece bolsas de estudo para mestrado e doutorado, avalia programas de pós-graduação e fomenta projetos de pesquisa. O órgão é vinculado ao MEC (Ministério da Educação).

Como exemplo de cursos que podem ser considerados "estratégicos", Correia falou em áreas como energia, mobilidade, saúde, meio ambiente, gestão e agronegócio. Apesar de não citar temas da área de humanas, ele deixou a possibilidade em aberto e afirmou que "cada estado tem sua particularidade".

O presidente da **Capes** também falou em parcerias com a iniciativa privada, mas não deixou claro como elas funcionariam. Fazendo alusão às áreas mencionadas anteriormente, disse que a geração de patentes pode ser vista como uma forma de identificar quais cursos de pós-graduação estariam alcançando "mais resultados".

"Todo governador quer ver o investimento de pesquisa dando resultado direto, e isso se vê muito pelas empresas", disse.

Segundo ele, a **Capes** também negocia contrapartidas com as fundações estaduais, de acordo com o que cada estado julgar conveniente para as universidades. "Seja custeio, mobilidade, investimento ou outras modalidades de bolsa que a **Capes** não possua eventualmente", disse.

Correia declarou ainda que este é um "investimento grande", "compromisso que foi possível graças ao descontingenciamento que aconteceu nesta semana e também às propostas de elevação de orçamento da **Capes** para o ano que vem, que vêm tanto do Ministério da Economia quanto do Congresso".

Ao longo deste ano, a **Capes** chegou a anunciar o corte de 10 mil bolsas como reflexo dos bloqueios orçamentários no MEC.

A proposta orçamentária elaborada pelo governo de Jair Bolsonaro (PSL) e encaminhada ao Congresso Nacional prevê um orçamento de R\$ 2,20 bilhões para a **Capes** em 2020. O valor corresponde a cerca de metade do orçamento autorizado para o órgão em 2019, que foi de R\$ 4,25 bilhões.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Radiografia da Câmara aponta paralisia e ineficiência em programas do MEC

Uma radiografia realizada no Ministério da Educação por uma comissão da Câmara dos Deputados indicou paralisia tanto no planejamento quanto na execução de políticas públicas por parte da pasta comandada pelo ministro Abraham Weintraub, destaca o jornal O Estado de S. Paulo. Na lista dos problemas identificados estão desde a falta de ações concretas para o fomento da alfabetização até a alta rotatividade de funcionários

comissionados. O MEC alega que programas serão lançados em breve e o descontingenciamento de recursos é recente.

É a primeira vez que um grupo assim é formado no Legislativo para averiguar o trabalho de um ministério. "O diagnóstico é assolador e mostra que a fragilidade do planejamento e da gestão do MEC afetou diretamente a formulação e a implementação das políticas educacionais", diz o relatório da comissão, com 265 páginas, obtido com exclusividade pelo jornal.

O grupo foi criado em abril pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), a partir do requerimento de 50 deputados de 12 partidos diferentes - a maioria da oposição e do Centrão. O relator do trabalho é o deputado Felipe Rigoni (PSB-ES) e a coordenação está nas mãos da deputada Tabata Amaral (PDT-SP).

A comissão foi criada logo após Tabata protagonizar um áspero bate-boca com o professor Ricardo Vélez, o primeiro escolhido pelo presidente Jair Bolsonaro para comandar a pasta. Na ocasião, a deputada cobrou duramente o ministro. Dez dias depois, Vélez foi demitido e Weintraub assumiu o seu lugar.

Tabata e Rigoni são os mesmos escalados por Maia para elaborar o pacote de projetos na área social, antecipado pelo Estado no mês passado. O presidente da Câmara busca protagonismo na agenda social justamente no momento em que o governo Bolsonaro se prepara para enviar ao Congresso medidas amargas, desta vez com os pacotes fiscal e administrativo.

Na prática, o trabalho dos parlamentares mostrou que a Política Nacional de Alfabetização - única meta específica do MEC nos primeiros cem dias de governo - não resultou, até o momento, na apresentação de um plano de ação detalhado. Desta forma, municípios e Estados ainda não sabem como nem quando a iniciativa chegará às escolas e quais projetos e atividades terão prioridade.

Das ações mantidas pela pasta, o Programa Mais Alfabetização - do governo de Michel Temer - só teve o seu primeiro desembolso, de R\$ 149,6 milhões, em setembro. Mesmo assim houve um impasse que atrasou em alguns dias a liberação, sob a justificativa de que teria ocorrido um erro no processo. O programa prevê apoio técnico e financeiro às unidades escolares para alfabetização.

Investimentos

Em um ano marcado pelo contingenciamento de recursos da Educação, mesmo os valores que não sofreram bloqueio tiveram baixo índice de execução. Entre elas estão ações citadas como "apoio ao desenvolvimento da educação básica", com repasse próximo a zero até julho. No mesmo intervalo, apenas 4,4% da verba reservada para investimentos do MEC foi executada - o relatório assinala que o montante gasto acabou sendo de "menos da metade no mesmo período de 2018 (11,7%)". Em números absolutos foram R\$ 184,06 milhões investidos em 2019, ante R\$ 457,62 milhões em 2018.

"A baixa execução orçamentária em diversos programas denota a baixa capacidade de gerenciamento dos gestores responsáveis", aponta o relatório.

Rotatividade

Uma das razões para a lentidão no trabalho do MEC, segundo o relatório, é a alta rotatividade nos cargos comissionados. Nos nove primeiros meses, o tempo médio de permanência no mesmo setor foi de 112 dias. Em igual período da gestão Temer, por exemplo, a média foi de 150 dias. Além disso, houve redução no número de cargos de confiança ocupados por pessoas que já haviam atuado na área educacional, quando o número é comparado às gestões Temer e Dilma.

Para fazer o diagnóstico, o grupo afirma ter usado informações do MEC, além de ter feito visitas técnicas e obtido dados no Portal da Transparência. A comissão diz ter pedido audiência com Weintraub para discutir a avaliação, mas o ministro teria ignorado. Procurado pela reportagem, o MEC informou que "lançará em breve programas e materiais sobre a Política Nacional de Alfabetização". "Quanto à execução orçamentária da pasta, é preciso esclarecer que o descontingenciamento total dos recursos só foi realizado há três dias. Mesmo assim, o MEC já empenhou mais de 80% dos gastos discricionários e trabalha para executar todo o orçamento."

Divisão

Única meta do Ministério da Educação (MEC) incluída no plano de cem dias de governo federal, a Política Nacional de Alfabetização (PNA) só estará completamente detalhada em abril de 2020, quando o presidente Jair Bolsonaro completa um terço de seu mandato. O programa divide especialistas, por dar ênfase ao método fônico de alfabetização - modelo de ensino que privilegia a associação entre letras e fonemas.

Para Anna Helena Altenfelder, do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec), a PNA é "polêmica" e não dialoga com experiências bem-sucedidas em Estados e municípios nem com a produção acadêmica no País. Além disso, ela critica projetos "diversionistas" do MEC. "Causam polêmica, mas são pouco efetivos e não têm base empírica e teórica que se sustente", diz, citando como exemplo as escolas cívico-militares.

A área, segundo ela, tem urgências maiores, como aprovar o novo Fundeb, principal mecanismo de financiamento da educação básica, que vence em 2020 e tramita no Congresso.

Já a consultora em educação Ilona Becskehazy, que participou em agosto da Conferência Nacional de Alfabetização Baseada em Evidências (Conabe), painel de especialistas na área organizado pelo ministério, afirma que o decreto da PNA "é o melhor que já tivemos para tratar da alfabetização". Ela será responsável pela análise sobre currículos a ser considerada no Relatório Nacional de Alfabetização Baseada em Evidências do MEC, previsto para abril de 2020. "É preciso fazer o documento. É um instrumento legal que pautará outras ações."

A possibilidade de o relatório ser publicado após um ano e quatro meses de gestão é minimizada. "Temos 500 anos e chegamos a 2019 não alfabetizando nem a metade das crianças até o 3.º ano (do fundamental)."

Para ela, "da noite para o dia" não dá para resolver tudo. "Até porque o governo federal não tem escola. Pode, no máximo, induzir Estados e municípios a proceder de outras formas por uma série de mecanismos. O mais poderoso deles, o livro didático, o MEC não pode mexer porque o edital já foi feito." As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

DIÁRIO DA MANHÃ-RS - CIDADE

MEC lança aplicativo que serve de carteira de estudante

O Ministério da Educação lançou hoje (25) o aplicativo ID Estudantil, carteira de estudante virtual que, a exemplo da fornecida pelas entidades representativas dos alunos, dá direito a benefícios como meia-entrada em eventos culturais e esportivos.

Para obter o documento é necessário, antes de tudo, que a instituição de ensino à qual o estudante está vinculado insira os dados dele no Sistema Educacional Brasileiro (SEB), do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Caso a instituição já tenha feito o cadastramento, caberá ao aluno baixar o aplicativo ID Estudantil no celular e fazer seu cadastro pessoal.

“Os alunos que não conseguirem se cadastrar devem procurar suas instituições de ensino e pedir que elas se cadastrem junto ao MEC”, disse o presidente do Inep, Alexandre Ribeiro Lopes, durante a cerimônia de lançamento do ID Estudantil.

Segundo Lopes, 10.804 instituições já se cadastraram. Destas, 1.966 já começaram a enviar ao SEB as informações de seus alunos. As informações disponibilizadas constituirão um banco de dados nacional que subsidiará algumas das políticas públicas a serem implementadas pelo governo no setor da educação.

De acordo com o ministro da Educação, Abraham Weintraub, o custo do documento será de R\$ 0,15 por unidade para o governo, mas será gratuito para o estudante. “Não cobraremos porque a estruturação dessa cobrança sairia mais cara do que o custo por unidade”, disse o ministro.

Ainda segundo Weintraub, documentos similares poderão ser fornecidos pelas instituições de ensino ou até mesmo grêmios estudantis. “Se for o caso, podem inclusive cobrar por isso. O que fizemos foi acabar com o monopólio e a exclusividade daqueles que sempre forneceram esse documento”, disse. “Se, ideologicamente, o estudante quiser, ele pode pagar quanto for pela carteirinha”, acrescentou.

A abertura para que outras entidades – além da União Nacional dos Estudantes (UNE), da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes) e da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG) – emitam esse tipo de documento está prevista na Medida Provisória 895, enviada pelo governo ao Congresso Nacional em setembro.

Desde então, tanto a MP como a ID Estudantil têm sido criticadas pelas entidades representativas dos estudantes. Segundo o presidente da UNE, Iago Montalvão, trata-se de uma retaliação ao movimento estudantil. Montalvão disse que a principal intenção do governo com essas medidas é “prejudicar o movimento estudantil, que fez as maiores manifestações contrárias a ele”.

A fim de prevenir fraudes, o MEC informou que fará cruzamento dos dados fornecidos

por meio de aplicativos com as informações da Carteira Nacional de Habilitação e, no caso de estudantes que não têm CNH, com os dados fornecidos para o documento de identidade (RG).

“Inclusive a foto [inserida no cadastro via aplicativo] passará por uma checagem junto ao banco de dados do Denatran [Departamento Nacional de Trânsito]. Quem não tem CNH terá de tirar uma foto do RG, frente e verso. Um algoritmo então vai comparar as fotos, de forma a dificultar fraudes”, explicou o diretor de Tecnologia da Informação do MEC, Daniel Rogério. “Pensamos também nos empresários: para eles, criamos o aplicativo ID Validade, que averiguará se o aluno está apto para receber os benefícios”, acrescentou.

O MEC alerta que, no caso de estudantes menores de idade, será necessária a autorização de um responsável legal, que deverá instalar o ID Estudantil no celular para, então, fazer o cadastro no qual informa os dados do menor.

Ainda de acordo com o MEC, eventuais dúvidas sobre os aplicativos podem ser elucidadas por meio do site www.idestudantil.mec.gov.br.

topo ↕

O TEMPO - MG - BRASIL

MEC lança carteira de estudante digital

SÃO PAULO. O Ministério da Educação (MEC) lançou, ontem, a carteira de estudante digital. Os alunos já cadastrados pelas instituições de ensino podem acessar o aplicativo. Chamado de “ID Estudantil”, o documento é totalmente gratuito e pode ser baixado no Google Play e na App Store. Para se cadastrar, as instituições de ensino devem indicar um gestor para o Sistema Educacional Brasileiro (SEB), que deve ter vínculo com a escola para cadastrar as informações dos alunos. “A partir daí, o aluno poderá fazer sua solicitação pelo aplicativo”, afirmou Daniel Rogério, diretor de tecnologia da informação do Ministério da Educação. Os alunos podem conferir se sua instituição passou os dados ao sistema no site idestudantil.mec.gov.br. Caso não tenham sido cadastrados, devem cobrar o envio na instituição em que estudam. No documento, constarão nome, instituição de ensino e data de nascimento. Ao tirar a fotografia para o cadastro, será feita uma validação com os dados do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran). Para quem não tem carteira de motorista, será solicitada foto frente e verso da identidade. Por segurança, o cadastro de menores de idade vai exigir autorização dos responsáveis. As carteiras de papel continuarão válidas.

topo ↕

BOL NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Políticas de Bolsonaro ameaçam arqueologia no Brasil, dizem arqueólogos

Arqueólogos que trabalham na região amazônica estão preocupados com a manutenção de suas atividades no governo de Jair Bolsonaro. Em matéria para o jornal britânico The Guardian, vários profissionais que buscam desvendar o passado da floresta falaram sobre o tema.

"Nós precisamos de mais estudantes, mais pesquisadores, mais dinheiro. E agora, com o governo que temos...", comentou Eduardo Kazuo, que no ano passado encontrou, ao lado da colega Márjorie Lima, um "cemitério indígena" de mais de 500 anos na região de Tauary, no Amazonas.

Eduardo Neves, professor da USP (Universidade de São Paulo), ecoou o sentimento de

Kazuó. "É um momento incrível para a arqueologia no Brasil [com as novas descobertas], mas estamos ameaçados. A ciência e a educação superior como um todo estão sob uma nuvem sombria", definiu.

Uma política específica do governo criticada pelos arqueólogos na matéria é a proposta de retirar a obrigatoriedade de escavações arqueológicas antes da construção de obras como represas na região amazônica.

Eduardo Bespalez, que comanda com Silvana Zuse uma escavação perto de onde ficará a represa hidrelétrica de Santo Antônio, condenou a proposta: "Se eles mudarem a lei desta forma, a arqueologia está acabada no Brasil".

Outro aspecto do governo alfinetado na matéria são os cortes de orçamento no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq, 87%) e na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes, 50%), entre outros órgãos do governo.

Para Jennifer Watling, arqueóloga da USP, os cortes podem causar uma "geração perdida" de cientistas brasileiros. Já para Márjorie Lima, o objetivo é "descreditar a ciência" que contradiz a ideia da Amazônia como "uma região selvagem a ser explorada".

Eduardo Neves resumiu suas preocupações: "A Amazônia precisa ser protegida não só porque é natural, mas porque representa um sistema muito sofisticado de conhecimento, que se desenvolveu através de milênios. Ainda não temos ideia de tudo o que podemos aprender".

topo ↕

METRÓPOLES - TEMPO REAL

Capes oferece R\$ 1,3 milhão a projetos sobre derramamento de óleo
Propostas devem ser encaminhadas de 25 de novembro a 4 de dezembro, na plataforma on-line do órgão

A **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** lançou, na sexta-feira (22/11/2019), programa que vai destinar R\$ 1,3 milhão a docentes de pós-graduação que tenham linhas de pesquisa relacionadas ao derramamento de óleo nas praias brasileiras.

A iniciativa foi batizada de Entre Mares. "O objetivo é contribuir para contenção, processamento do resíduo encontrado e redução de danos ao meio ambiente identificados em agosto deste ano", informa o Ministério da Educação (MEC).

As propostas escolhidas serão financiadas em até R\$ 100 mil e uma cota de bolsa de mestrado. O valor será liberado em cota única. A seleção exige que o projeto seja desenvolvido por dois anos, podendo ser prorrogado por um ano.

Por se tratar de um dano grave com necessidade de resolução rápida, o processo será feito por meio de Edital de Seleção Emergencial. As propostas devem ser encaminhadas de 25 de novembro a 4 de dezembro, em plataforma on-line da **Capes**.

Critérios

A seleção está aberta para docentes vinculados a mestrados e doutorados reconhecidos

pela **Capes**. Os projetos serão apreciados por um comitê formado por representantes da fundação e da comunidade científica.

A **Capes** sinaliza seis temas prioritários de linha de pesquisa:

impactos ambientais;
avaliação dos impactos socioeconômicos;
biorremediadores;
dispersão do óleo;
processamento de resíduos;
tecnologia aplicada à contenção do óleo.

A aderência ao tema, o corpo docente em atividades de colaboração, o cronograma e orçamento propostos, a descrição das atividades e os resultados esperados a curto prazo serão considerados na avaliação.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Políticas de Bolsonaro ameaçam arqueologia no Brasil, dizem arqueólogos

Arqueólogos que trabalham na região amazônica estão preocupados com a manutenção de suas atividades no governo de Jair Bolsonaro. Em matéria para o jornal britânico The Guardian, vários profissionais que buscam desvendar o passado da floresta falaram sobre o tema.

"Nós precisamos de mais estudantes, mais pesquisadores, mais dinheiro. E agora, com o governo que temos...", comentou Eduardo Kazuo, que no ano passado encontrou, ao lado da colega Márjorie Lima, um "cemitério indígena" de mais de 500 anos na região de Tauary, no Amazonas.

Eduardo Neves, professor da USP (Universidade de São Paulo), ecoou o sentimento de Kazuo. "É um momento incrível para a arqueologia no Brasil [com as novas descobertas], mas estamos ameaçados. A ciência e a educação superior como um todo estão sob uma nuvem sombria", definiu.

Uma política específica do governo criticada pelos arqueólogos na matéria é a proposta de retirar a obrigatoriedade de escavações arqueológicas antes da construção de obras como represas na região amazônica.

Eduardo Bespalez, que comanda com Silvana Zuse uma escavação perto de onde ficará a represa hidrelétrica de Santo Antônio, condenou a proposta: "Se eles mudarem a lei desta forma, a arqueologia está acabada no Brasil".

Outro aspecto do governo alfinetado na matéria são os cortes de orçamento no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq, 87%) e na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (**Capes**, 50%), entre outros órgãos do governo.

Para Jennifer Watling, arqueóloga da USP, os cortes podem causar uma "geração perdida" de cientistas brasileiros. Já para Márjorie Lima, o objetivo é "descreditar a ciência" que contradiz a ideia da Amazônia como "uma região selvagem a ser explorada".

Eduardo Neves resumiu suas preocupações: "A Amazônia precisa ser protegida não só porque é natural, mas porque representa um sistema muito sofisticado de conhecimento, que se desenvolveu através de milênios. Ainda não temos ideia de tudo o que podemos aprender".

topo ↕

AGÊNCIA BRASIL - TEMPO REAL

MEC lança identidade estudantil digital

O Ministério da Educação lançou hoje (25) o aplicativo ID Estudantil, carteira de estudante virtual que, a exemplo da fornecida pelas entidades representativas dos alunos, dá direito a benefícios como meia-entrada em eventos culturais e esportivos.

Para obter o documento é necessário, antes de tudo, que a instituição de ensino à qual o estudante está vinculado insira os dados dele no Sistema Educacional Brasileiro (SEB), do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Caso a instituição já tenha feito o cadastramento, caberá ao aluno baixar o aplicativo ID Estudantil no celular e fazer seu cadastro pessoal. "Os alunos que não conseguirem se cadastrar devem procurar suas instituições de ensino e pedir que elas se cadastrem junto ao MEC", disse o presidente do Inep, Alexandre Ribeiro Lopes, durante a cerimônia de lançamento do ID Estudantil.

Segundo Lopes, 10.804 instituições já se cadastraram. Destas, 1.966 já começaram a enviar ao SEB as informações de seus alunos. As informações disponibilizadas constituirão um banco de dados nacional que subsidiará algumas das políticas públicas a serem implementadas pelo governo no setor da educação.

De acordo com o ministro da Educação, Abraham Weintraub, o custo do documento será de R\$ 0,15 por unidade para o governo, mas será gratuito para o estudante. "Não cobraremos porque a estruturação dessa cobrança sairia mais cara do que o custo por unidade", disse o ministro.

Ainda segundo Weintraub, documentos similares poderão ser fornecidos pelas instituições de ensino ou até mesmo grêmios estudantis. "Se for o caso, podem inclusive cobrar por isso. O que fizemos foi acabar com o monopólio e a exclusividade daqueles que sempre forneceram esse documento", disse. "Se, ideologicamente, o estudante quiser, ele pode pagar quanto for pela carteirinha", acrescentou.

A abertura para que outras entidades – além da União Nacional dos Estudantes (UNE), da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes) e da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG) – emitam esse tipo de documento está prevista na Medida Provisória 895, enviada pelo governo ao Congresso Nacional em setembro.

Desde então, tanto a MP como a ID Estudantil têm sido criticadas pelas entidades representativas dos estudantes. Segundo o presidente da UNE, Iago Montalvão, trata-se de uma retaliação ao movimento estudantil. Montalvão disse que a principal intenção do governo com essas medidas é "prejudicar o movimento estudantil, que fez as maiores manifestações contrárias a ele".

A fim de prevenir fraudes, o MEC informou que fará cruzamento dos dados fornecidos

por meio de aplicativos com as informações da Carteira Nacional de Habilitação e, no caso de estudantes que não têm CNH, com os dados fornecidos para o documento de identidade (RG).

“Inclusive a foto [inserida no cadastro via aplicativo] passará por uma checagem junto ao banco de dados do Denatran [Departamento Nacional de Trânsito]. Quem não tem CNH terá de tirar uma foto do RG, frente e verso. Um algoritmo então vai comparar as fotos, de forma a dificultar fraudes”, explicou o diretor de Tecnologia da Informação do MEC, Daniel Rogério. “Pensamos também nos empresários: para eles, criamos o aplicativo ID Validade, que averiguará se o aluno está apto para receber os benefícios”, acrescentou.

O MEC alerta que, no caso de estudantes menores de idade, será necessária a autorização de um responsável legal, que deverá instalar o ID Estudantil no celular para, então, fazer o cadastro no qual informa os dados do menor.

Ainda de acordo com o MEC, eventuais dúvidas sobre os aplicativos podem ser elucidadas por meio do site www.idestudantil.mec.gov.br.

Edição: Nádya Franco

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

MEC possui fragilidade no planejamento e gestão, aponta relatório preliminar da Câmara

Comissão afirma que se baseou em requerimentos, reuniões técnicas e audiências públicas para apontar o diagnóstico. MEC diz que lançará em breve programas e materiais sobre a Política Nacional de Alfabetização e que descontingenciamento de recursos ocorreu há 4 dias.

Um relatório preliminar feito por uma comissão da Câmara dos Deputados aponta "fragilidade do planejamento e da gestão" do Ministério da Educação (MEC) em 2019, o que "impactou diretamente a formulação e implementação das políticas educacionais", segundo o documento.

A análise foi feita pela Comissão Externa de Acompanhamento da Câmara e, segundo o texto, é resultado de "38 Requerimentos de Informação, 12 reuniões técnicas com o MEC e suas autarquias, 9 audiências públicas", além consultas a especialistas e análise de documentos oficiais (leia abaixo os pontos principais).

Segundo o deputado federal e relator Felipe Rigoni (PSB-ES), o texto final será apresentado em 1º de dezembro e será colocado em votação no dia 3, quando os deputados poderão se manifestar quanto ao teor do documento. Depois, o texto será apresentado formalmente ao Ministério da Educação.

Em nota, o Ministério da Educação informou ao G1 que lançará em breve programas e materiais sobre a Política Nacional de Alfabetização um dos pontos levantados no relatório. Quanto à execução orçamentária da pasta, o órgão informou que "é preciso esclarecer que o descontingenciamento total dos recursos [da Educação] só foi realizado há 4 dias". O MEC reforçou que, ainda assim, "já empenhou mais de 80% dos gastos discricionários e trabalha para executar todo o orçamento".

A comentarista de Educação na GloboNews, Ana Flor, afirma que este relatório é um raio-X feito com dados do próprio MEC, que analisou os trabalhos do ministério. "Apesar de o MEC falar que existe pouco recurso, que houve contingenciamento, que este é um primeiro ano de governo, é importante pensar que, quando há projetos e os recursos chegam, as coisas andam rapidamente", afirma (veja vídeo abaixo).

João Marcelo Borges, diretor do Todos pela Educação, afirma que o relatório é uma análise objetiva das execuções de programas do MEC e sobre as consistências das políticas de programas anunciados no período.

Neste ano, o Ministério da Educação enfrentou uma crise marcada por controvérsias e recuos do então ministro Ricardo Vélez Rodríguez, o que gerou insegurança nos servidores, nos gestores estaduais e municipais e nos especialistas sobre os riscos para a execução de metas e ações prioritárias.

Em abril, o atual ministro Abraham Weintraub assumiu a pasta e se deparou com o cenário de retenção de recursos, o que ameaçou paralisar as universidades federais. Como resposta, apresentou o programa Future-se, que pretende ampliar a fonte de captação de recursos, mas a iniciativa recebeu críticas de entidades de educação. Recentemente, o ministro disse que há plantações de maconha em universidades e os reitores criticaram os ataques e a retórica agressiva. O ministro citou dois casos policiais para justificar sua argumentação, mas a investigação das ocorrências apontou que eles não tinham relação com as universidades.

Confira abaixo os principais pontos do relatório preliminar e, em seguida, as recomendações apresentadas no documento e a nota completa do MEC.

Pontos do relatório preliminar:

planejamento e a gestão do MEC estão muito aquém do esperado
não apresentou Planejamento Estratégico para 2019

metas do Plano Nacional de Educação (PNE) estão atrasadas

nem todas as Secretarias publicaram seus planos de trabalho e os publicados não apresentam prioritizações, clareza nas metas, prazos ou responsáveis para as ações propostas

as mudanças na estrutura organizacional criaram sobreposições de atividades e lacunas de atuação em áreas fundamentais

menor número de agentes em cargos de confiança com experiência, se comparado aos dois últimos governos

os cargos de maior nível hierárquico são ocupados em grande maioria por homens, enquanto os cargos de nível inferior são ocupados por pessoas do sexo feminino
número de exoneração nos cargos de confiança, flagrantemente superior à gestão anterior

instabilidade e falta de continuidade na gestão atual

baixa execução orçamentária em diversos programas

Política Nacional de Alfabetização (PNA) não foi implementada

implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) segue com diversos pontos de indefinição

não existe uma Política de Formação Docente

falta de transparência na Comissão criada pelo Inep para avaliar a pertinência do Banco Nacional de Itens (BNI) com a "realidade social" do Brasil

iniciativas do governo nos processos de escolha e nomeação de reitores e na distribuição de recursos de forma arbitrária e de contingenciamento seletivo em Universidades colocam em risco a autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial das instituições de ensino superior

Recomendações

MEC: Elaborar e publicar Planejamento Estratégico até fevereiro de 2020

MEC: Aprofundar, Alinhar e Divulgar Planos de Trabalho até março de 2020

MEC: Implementar Observatório da Gestão Educacional até abril de 2020

Câmara dos Deputados: Estabelecer Programa de Metas da Educação até março de 2020

Nota do MEC

"O Ministério da Educação informa que lançará em breve programas e materiais sobre a Política Nacional de Alfabetização. Quanto a execução orçamentária da pasta, é preciso esclarecer que o descontingenciamento total dos recursos só foi realizado há 4 dias. Mesmo assim, o MEC já empenhou mais de 80% dos gastos discricionários e trabalha para executar todo o orçamento."

topo ↕

METRÓPOLES - TEMPO REAL

Radiografia aponta paralisia e ineficiência em programas do MEC

Levantamento indica baixo investimento e grande rotatividade de funcionários; comissão menciona diagnóstico "assolador"

Uma radiografia realizada no Ministério da Educação (MEC) por uma comissão da Câmara dos Deputados indicou paralisia tanto no planejamento quanto na execução de políticas públicas por parte da pasta comandada pelo ministro Abraham Weintraub.

Na lista dos problemas identificados estão desde a falta de ações concretas para o fomento da alfabetização até a alta rotatividade de funcionários comissionados. O MEC alega que programas serão lançados em breve e o descontingenciamento de recursos é recente.

É a primeira vez que um grupo assim é formado no Legislativo para averiguar o trabalho de um ministério. "O diagnóstico é assolador e mostra que a fragilidade do planejamento e da gestão do MEC afetou diretamente a formulação e a implementação das políticas educacionais", diz o relatório da comissão, com 265 páginas, obtido com exclusividade.

O grupo foi criado em abril pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), a partir do requerimento de 50 deputados de 12 partidos diferentes – a maioria da oposição e do Centrão. O relator do trabalho é o deputado Felipe Rigoni (PSB-ES) e a coordenação está nas mãos da deputada Tabata Amaral (PDT-SP).

A comissão foi criada logo após Tabata protagonizar um áspero bate-boca com o professor Ricardo Vélez, o primeiro escolhido pelo presidente Jair Bolsonaro para comandar a pasta. Na ocasião, a deputada cobrou duramente o ministro. Dez dias depois, Vélez foi demitido e Weintraub assumiu o seu lugar.

Tabata e Rigoni são os mesmos escalados por Maia para elaborar o pacote de projetos na área social, antecipado pelo Estado no mês passado. O presidente da Câmara busca protagonismo na agenda social justamente no momento em que o governo Bolsonaro se

prepara para enviar ao Congresso medidas amargas, desta vez com os pacotes fiscal e administrativo.

Na prática, o trabalho dos parlamentares mostrou que a Política Nacional de Alfabetização (PNA) – única meta específica do MEC nos primeiros 100 dias de governo – não resultou, até o momento, na apresentação de um plano de ação detalhado. Desta forma, municípios e estados ainda não sabem como nem quando a iniciativa chegará às escolas e quais projetos e atividades terão prioridade.

Das ações mantidas pela pasta, o Programa Mais Alfabetização – do governo de Michel Temer – só teve o seu primeiro desembolso, de R\$ 149,6 milhões, em setembro. Mesmo assim houve um impasse que atrasou em alguns dias a liberação, sob a justificativa de que teria ocorrido um erro no processo. O programa prevê apoio técnico e financeiro às unidades escolares para alfabetização.

Em um ano marcado pelo contingenciamento de recursos da Educação, mesmo os valores que não sofreram bloqueio tiveram baixo índice de execução. Entre elas estão ações citadas como “apoio ao desenvolvimento da educação básica”, com repasse próximo a zero até julho.

No mesmo intervalo, apenas 4,4% da verba reservada para investimentos do MEC foi executada – o relatório assinala que o montante gasto acabou sendo de “menos da metade no mesmo período de 2018 (11,7%)”. Em números absolutos foram R\$ 184,06 milhões investidos em 2019, ante R\$ 457,62 milhões em 2018.

“A baixa execução orçamentária em diversos programas denota a baixa capacidade de gerenciamento dos gestores responsáveis”, aponta o relatório.

Uma das razões para a lentidão no trabalho do MEC, segundo o relatório, é a alta rotatividade nos cargos comissionados. Nos nove primeiros meses, o tempo médio de permanência no mesmo setor foi de 112 dias. Em igual período da gestão Temer, por exemplo, a média foi de 150 dias.

Além disso, houve redução no número de cargos de confiança ocupados por pessoas que já haviam atuado na área educacional, quando o número é comparado às gestões Temer e Dilma.

Para fazer o diagnóstico, o grupo afirma ter usado informações do MEC, além de ter feito visitas técnicas e obtido dados no Portal da Transparência. A comissão diz ter pedido audiência com Weintraub para discutir a avaliação, mas o ministro teria ignorado.

Procurado, o MEC informou que “lançará em breve programas e materiais sobre a Política Nacional de Alfabetização”.

“Quanto à execução orçamentária da pasta, é preciso esclarecer que o descontingenciamento total dos recursos só foi realizado há três dias. Mesmo assim, o MEC já empenhou mais de 80% dos gastos discricionários e trabalha para executar todo o orçamento.”

Proposta para alfabetização divide setor

Única meta do MEC incluída no plano de 100 dias de governo federal, a PNA só estará completamente detalhada em abril de 2020, quando Bolsonaro completa um terço de mandato. O programa divide especialistas, por dar ênfase ao método fônico de alfabetização – modelo de ensino que privilegia a associação entre letras e fonemas.

Para Anna Helena Altenfelder, do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec), a PNA é “polêmica” e não dialoga com experiências bem-sucedidas em Estados e municípios nem com a produção acadêmica no país.

Além disso, ela critica projetos “diversionistas” do MEC. “Causam polêmica, mas são pouco efetivos e não têm base empírica e teórica que se sustente”, diz, citando como exemplo as escolas cívico-militares.

A área, segundo ela, tem urgências maiores, como aprovar o novo Fundeb, principal mecanismo de financiamento da educação básica, que vence em 2020 e tramita no Congresso.

Já a consultora em educação Ilona Becskehazy, que participou em agosto da Conferência Nacional de Alfabetização Baseada em Evidências (Conabe), painel de especialistas na área organizado pelo ministério, afirma que o decreto da PNA “é o melhor que já tivemos para tratar da alfabetização”.

Ela será responsável pela análise sobre currículos a ser considerada no Relatório Nacional de Alfabetização Baseada em Evidências do MEC, previsto para abril de 2020. “É preciso fazer o documento. É um instrumento legal que pautará outras ações.”

A possibilidade de o relatório ser publicado após um ano e quatro meses de gestão é minimizada. “Temos 500 anos e chegamos a 2019 não alfabetizando nem a metade das crianças até o 3.º ano (do fundamental).”

Para ela, “da noite para o dia” não dá para resolver tudo. “Até porque o governo federal não tem escola. Pode, no máximo, induzir estados e municípios a proceder de outras formas por uma série de mecanismos. O mais poderoso deles, o livro didático, o MEC não pode mexer porque o edital já foi feito.”

topo ↕

PORTAL VEJA - TEMPO REAL

Por **Giovanna Romano**

ID Estudantil: Como emitir a nova carteirinha digital para estudantes

O Ministério da Educação (MEC) anunciou na segunda-feira, 25, o ID Estudantil, aplicativo para emitir a carteirinha estudantil digital criada pelo governo. O documento é voltado para alunos do Ensino Fundamental até os pós-graduandos e dá direito a meia-entrada em show, teatro e outros eventos culturais. A plataforma já está disponível nas lojas Google Play e App Store.

A carteirinha emitida pelo governo será gratuita para os estudantes — mas tem um custo para o pagador de imposto de 15 centavos por carteirinha. Antes do lançamento do MEC, o modelo padronizado era emitido por entidades estudantis, como a União Nacional dos Estudantes (UNE) e a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes), mediante pagamento.

O MEC informa que a emissão de carteirinhas pelo governo “não tira a prerrogativa de outras entidades”. O documento poderá ser emitido ainda por: entidades estudantis, diretórios centrais dos estudantes, centros e diretórios acadêmicos, entre outros.

VEJA testou o aplicativo, simulando a emissão da carteirinha estudantil. Para o sistema iOS, da Apple, não houve problemas na execução do ID Estudantil. Logo na página inicial, há duas abas: “notícias”, sobre novidades nas instituições de ensino, e “inspire-se”, com histórias de superação. Também é possível fazer denúncias sobre limpeza das escola, falta de livros, número insuficiente de professores e cadeiras quebradas.

A carteirinha digital aparece no centro desta página inicial. Para os estudantes que já emitiram o documento, é possível conferir a carteirinha feita com os dados, o código de uso e QR code. Para quem não é cadastrado, há a opção “faça sua carteirinha”.

Confira o passo a passo para emitir a carteirinha:

- 1 – Faça cadastro ou login no aplicativo: É preciso informar o seu nome completo, um endereço de e-mail válido e criar uma senha.
- 2 – Na página inicial, clique na opção “Faça sua carteirinha”.
- 3 – No “passo 1”, informe o seu nome completo, celular, número do RG e dados do documento (órgão emissor e data de emissão), CPF e sexo. Há a opção para o estudante utilizar o nome social.
- 4 – No “passo 2”, informe o seu endereço completo.
- 5 – No “passo 3”, informe os seus dados escolares. Nesta etapa, o estudante irá escolher entre Ensino Fundamental, Ensino Médio, Ensino Superior e Pós-Graduação. É preciso informar também o nome da instituição de ensino, o curso e o número de matrícula ou registro acadêmico.
- 6 – No “passo 4”, é preciso enviar uma foto do documento (RG ou CNH), uma foto 3/4 — o aplicativo diz que pode ser uma “selfie” — e uma foto do comprovante de matrícula.
- 7 – Leia e aceite o termo de uso e política de privacidade do aplicativo.
- 8 – Depois da realização dos passos descritos acima, a carteirinha digital entra no status “em análise”. VEJA solicitou a emissão da carteirinha às 10h30 e, até a publicação desta reportagem, o documento não foi emitido oficialmente.